

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Norberto Quintana Guidotti de Ornelas

**SOB A GESTÃO PATERNALISTA: RELAÇÕES DE CLASSE E
CONDIÇÕES DE VIDA NO CASO DA *COMPANY TOWN* DE MINAS
DO CAMAQUÃ EM CAÇAPAVA DO SUL/RS**

Santa Maria, RS

2023

Norberto Quintana Guidotti de Ornelas

**SOB A GESTÃO PATERNALISTA: RELAÇÕES DE CLASSE E CONDIÇÕES DE
VIDA NO CASO DA *COMPANY TOWN* DE MINAS DO CAMAQUÃ EM CAÇAPAVA
DO SUL/RS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS

2023

Norberto Quintana Guidotti de Ornelas

**SOB A GESTÃO PATERNALISTA: RELAÇÕES DE CLASSE E CONDIÇÕES DE
VIDA NO CASO DA *COMPANY TOWN* DE MINAS DO CAMAQUÃ EM CAÇAPAVA
DO SUL/RS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em 03 de fevereiro de 2023:

**Prof.^a Dr.^a Laura Senna Ferreira (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Mari Cleise Sandalowski (UFSM)

**Santa Maria, RS
2023**

À memória dos trabalhadores das minas de cobre,
que labutando saíram da vida antecipadamente, dedico esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Laura, que desde a disciplina de Sociologia do Trabalho me provoca a aprofundar os conhecimentos no tema. Grato pelas orientações, correções, apontamentos e indicação de literatura. Não poderia ter escolhido uma orientadora melhor! Agradeço ainda por todo o auxílio enquanto estava como coordenadora do curso.

Agradeço aos meus pais, Delfino e Nara, pelo apoio e por me educarem “para o mundo”. Aos meus irmãos, Ana Cecília e Joaquim, por exercitarem minha transposição didática constantemente. À minha namorada e amiga, Ana Julia, pelo amor, carinho e incentivo ininterrupto. Aos meus avós, pela presença constante que transcende a materialidade.

Agradeço à Prof^a Dr^a Elena Maria Mallmann, minha orientadora de Iniciação Científica PIBIC - CNPq, pela influência teórica no percurso desta graduação. Grato pelas lições de justeza do método, busca sistemática de dados, e da necessidade de se lutar por uma educação aberta, clara e democrática.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologias Educacionais em Rede (GEPETER), pelas discussões e pelas instruções do saber-fazer científico.

Agradeço ao Laboratório de Investigação Sociológica (LabIS), nas pessoas do doutorando Matheus Salkovski e da Prof^a Mari Cleise Sandalowski, pela oportunidade de ser assistente de pesquisa e por me ensinarem que em Ciências Sociais não precisamos “reinventar a roda” em cada objetivo geral.

Agradeço a todos os meus professores do curso de Ciências Sociais da UFSM pela excelência profissional de cada um.

Agradeço a Micael Bacellar, meu chefe na SAMC-GEXSTM do Instituto Nacional do Seguro Social, por ter me permitido, ao longo do estágio extracurricular, ver um “outro lado” do tema trabalho, sob os mantos da burocracia no emaranhado de vínculos e benefícios.

Por fim, agradeço aos entrevistados que se dispuseram a compartilhar suas memórias e experiências. Infelizmente o sigilo me impede de nomeá-los. Me forneceram dados que extrapolam o objeto desta pesquisa. Sou grato pela espontaneidade de nossos diálogos, pelos causos e histórias, que levariam qualquer um a rir frouxo e se comover tão logo. Os depoimentos soavam como poesia ao aludir às suas trajetórias de vida. Tentei transmitir parte destas singularidades no texto.

“A real viagem de descoberta não consiste em buscar
novas paisagens, mas em ter novos olhos.”

(Atribuído a Marcel Proust, 1871 - 1922)

RESUMO

SOB A GESTÃO PATERNALISTA: RELAÇÕES DE CLASSE E CONDIÇÕES DE VIDA NO CASO DA *COMPANY TOWN* DE MINAS DO CAMAQUÃ EM CAÇAPAVA DO SUL/RS

AUTOR: Norberto Quintana Guidotti de Ornelas

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Laura Senna Ferreira

Paternalismo envolve vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio ou ajuda que se desenvolvem entre sujeitos em posições desiguais. Tratando-se de grandes empresas, muitas delas fixam a força de trabalho próximo ao espaço laboral construindo vilas e complexos habitacionais que na literatura técnica se convencionou chamar de modelo *company town*. Minas do Camaquã, no interior do Estado do Rio Grande do Sul é um bom exemplo, pois durante anos, tanto o complexo de vilas, quanto a mineração de cobre eram administrados pela Companhia Brasileira do Cobre (CBC), tendo constituído um espaço de vínculos assistencialistas em meio à um modelo de assentamento intensamente hierarquizado. Dito isto, o presente estudo de caso tratou de investigar e compreender, por meio de pesquisa documental e entrevistas, em que medida as formas que assumiram as relações de classe que se desenvolveram nas Minas do Camaquã entre 1942 e 1996 são frutos da gestão paternalista da *company town*, capaz de conter os conflitos do trabalho mesmo em contextos de intensas hierarquias e desigualdades. Objetiva-se também explorar as marcas deixadas pela gestão paternalista da CBC, tanto no espaço quanto nas percepções dos moradores de Minas do Camaquã. A partir das experiências relatadas, foi possível identificar, a partir da segunda fase da CBC, a influência de um “circuito paternalista” baseado na dependência, garantido por concessões e deferências que, junto a outros elementos de coesão e controle, contiveram conflitos de classe até a criação do sindicato dos trabalhadores da Companhia.

Palavras-chave: Paternalismo. Gestão. *Company town*; Classe.

ABSTRACT

UNDER PATERNALIST MANAGEMENT: CLASS RELATIONS AND LIVING CONDITIONS IN THE CASE OF COMPANY TOWN OF MINAS DO CAMAQUÃ IN CAÇAPAVA DO SUL/RS

AUTHOR: Norberto Quintana Guidotti de Ornelas

ADVISOR: Prof^a Dr^a Laura Senna Ferreira

Paternalism involves ties of proximity, benefactors, help or help that develop between subjects in unequal positions. In the case of large companies, many of them establish the workforce close to the workspace, building villas and housing complexes that in the technical literature are conventionally called the company town model. Minas do Camaquã, in the interior of the State of Rio Grande do Sul, is a good example, since for years both the complex of villages and the copper mining were managed by the Brazilian Copper Company (CBC), having constituted a space for links welfare workers in the midst of an intensely hierarchical model of settlement. That said, this case study tried to investigate and understand, through documentary research and interviews, to what extent the forms that assumed the class relations that developed in the Camaquã Mines between 1942 and 1996 are the result of the paternalistic management of the company town, capable of containing work conflicts even in contexts of intense hierarchies and inequalities. The objective is also to explore the marks left by the paternalistic management of the CBC, both in space and in the perceptions of the residents of Minas do Camaquã. From the reported experiences, it was possible to identify, from the second phase of the CBC, the influence of a “paternalistic circuit” based on dependence, guaranteed by concessions and deferences that, together with other elements of cohesion and control, contained class conflicts until the creation of the Company's workers' union.

Keywords: Paternalism. Management. Company town. Class.

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CBC	Companhia Brasileira de Cobre
CEMAMC	Confraria de Ex-Mineiros e Moradores das Minas do Camaquã CONFERIR
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DOCEGEO	Rio Doce Geologia e Mineração S/A
FIBASE	Insumos Básicos S/A Financiamentos e Participações
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	APRESENTAÇÃO	10
1.2	METODOLOGIA	12
1.3	APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE MINAS DO CAMAQUÃ	14
2.1.1	A descoberta do cobre (1865).....	15
2.1.2	<i>Copper, Kupfer e Cuivre</i> : os ciclos de exploração estrangeira (1870-1909).....	16
2.1.3	Sob as turbinas do Paulistinha: primeira fase da CBC (1942-1957).....	22
2.1.4	A Odisséia de Pignatari: segunda fase da CBC (1957-1974).....	25
2.1.5	A derrocada do Playboy e a estatização: terceira fase da CBC (1974-1989).....	29
2.1.6	Privatização e autogestão: a quarta fase da CBC (1989-1996).....	31
3	COMPANY TOWN E O REGIME DA MICRO-CIDADE MODELO	36
4	PATERNALISMO	41
4.1	CIRCUITO DO PATERNALISMO.....	42
4.2	A BATUTA DISCIPLINAR E O EFEITO MORAL.....	51
5	CLASSE, CONDIÇÕES DE VIDA E A MEMÓRIA “DAQUELA ÉPOCA”	54
5.1	A MORADIA.....	56
5.2	O LAZER.....	62
5.3	A EDUCAÇÃO E A SAÚDE.....	65
5.4	A RELIGIOSIDADE.....	68
5.5	O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS.....	72
6	AMOTINADAS PICARETAS: DA GREVE AO FIM DA EMPRESA	75
6.1	PATERNALISMO COMO RESPOSTA AOS CONFLITOS LATENTES.....	78
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
	APÊNDICE 1	87
	ANEXO 1	88
	ANEXO 2	89

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO

“*A gente tinha tudo!*” - Foi o que disse o entrevistado antes de dizer que “*não é como agora*”. Tal entusiasmo provocado pela lembrança das concessões que a antiga empresa prestava para além do espaço de trabalho, não são casos incomuns. O Brasil da primeira metade do século XX foi marcado por empresas que possuíam vilas para abrigar seus funcionários. São exemplos a Vila Maria Zélia, Fordlândia, Vila Cerealina, Núcleo Carajás, Porto Trombetas, Vila Beltramo, entre outras. Em algumas delas prevaleciam vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio ou ajuda. Essa relação empregado-empregador configura o que podemos chamar de paternalismo.

Para essas vilas de caráter autárquico pertencentes a grandes empresas, a literatura técnica convencionou chamar de *company town*. Embora haja variações, no geral, designa assentamentos, onde, a empresa não é proprietária somente do espaço laboral, mas também das casas, dos logradouros e do comércio. Em alguns casos essa situação assenta-se sobre o ideal paternalista da empresa ou de seu proprietário. Tal paternalismo emerge da relação de trabalho marcada por uma certa dependência, onde as habitações e espaços comuns, por serem de propriedade da empresa, a torna garantidora não só da sobrevivência, mas também do bem-estar dos trabalhadores. É o caso de Minas do Camaquã, uma antiga *company town* no município de Caçapava do Sul, interior do estado do Rio Grande do Sul, que durante anos de exploração do minério de cobre, tinha seu complexo de vilas mantido e administrado pela Companhia Brasileira do Cobre (CBC). Ao longo de vários ciclos, a mineração na localidade passou por todos os tipos possíveis de capital. A empresa existiu oscilando entre a esfera privada e pública. Iniciou com empresas de capital estrangeiro (1870-1909), na sequência foi criada a CBC, com as ações divididas entre o estado do Rio Grande do Sul e o Grupo Pignatari (1942-1957), depois a parte estatal foi privatizada (1957-1974), após estatizada por completo durante a ditadura (1974-1989), e por fim, privatizada novamente, mas desta vez, leiloadas aos próprios funcionários, numa forma de privatização ainda nunca posta em prática no país, mostrando-se pela primeira vez uma autogestão (1989-1996).

Recorrentemente, tratando-se de memória, os relatos orais dos ex-trabalhadores e moradores que viveram em Minas do Camaquã, especialmente no segundo período da CBC (1957-1974) apontam um profundo saudosismo a uma “boa vida” que tiveram e a lembranças

daquela que teria sido a figura chave responsável: Francisco Matarazzo Pignatari¹ - proprietário da empresa e figura caricata de *bon vivant*. É desta época os empreendimentos da CBC com caráter coletivo e recreativo, além de ser o período de surgimento dos elementos que criaram a ideia, persistente até hoje, de uma microcidade “perfeita”.

Das oito vilas erguidas pela CBC (com características específicas, plano e uniformidade arquitetônica), restam três remanescentes, cuja população é majoritariamente composta por ex-funcionários e suas famílias. No auge dos trabalhos de mineração, haviam vilas exclusivamente “operárias”, ao passo que a vila principal abrigava as casas do *staff* administrativo e a maior parte do comércio (que pertencia à CBC e funcionava por sistema de vales). Os níveis de segregação, rigidez, assistencialismo e aprovação dos funcionários podem ser indicativos das mudanças na ordem paternalista atrelada às alterações no controle (do capital social) da empresa. Mudanças ficaram evidentes a partir dos anos 80. A última privatização levou à terceirização de serviços, e o poder público municipal passou a assumir atribuições com relação às vilas e a assistência da população que eram inicialmente da empresa. É a partir desta fase que muitos serviços perderam a gratuidade (exemplos: água, luz, gás, mercado, consultas médicas, etc.). A fundação do sindicato dos trabalhadores das Minas do Camaquã também se deu nesse período.

Dada as evidências supramencionadas, com base em pesquisa qualitativa, buscou-se como objetivo geral, investigar e compreender em que medida as formas que assumiram as relações de classe que se desenvolveram nas Minas do Camaquã entre 1942 e 1996 são frutos da gestão paternalista da *company town*, capaz de conter os conflitos do trabalho mesmo em contextos de intensas hierarquias e desigualdades.

No escopo do objetivo geral, esperou-se: a) Fazer um resgate sócio-histórico dos diferentes ciclos de gestão, analisando as narrativas e descrições dos contextos, observando os possíveis impactos das mudanças de gestão nas relações entre trabalhadores e a empresa; b) Identificar se há relação do paternalismo com a contenção dos conflitos de classe entre 1942 e 1996, apesar dos contextos de intensas hierarquias e desigualdades, próprios do modelo *company town*; c) Discutir o paternalismo e a figura de Francisco Pignatari na empresa e suas implicações na avaliação dos funcionários sobre o passado das relações cotidianas; d) Explorar as marcas deixadas pela gestão paternalista da CBC, tanto no espaço quanto nas percepções dos moradores de Minas do Camaquã.

¹ Francisco Pignatari, nascido na Itália e naturalizado brasileiro, era empresário em função de sua família. Filho de Lydia Matarazzo, era neto do Conde Francesco Matarazzo, industrial paulista, fundador das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo.

1.2. METODOLOGIA

Trata-se de uma sociologia histórica, onde o recorte temporal se dá em função da tentativa de delimitar um tempo que compreendesse todas as mudanças na gestão da empresa (4 fases) a partir do período em que a urbe de Minas do Camaquã passa a corresponder a uma *company town*.

Ao avaliar os objetivos de pesquisa, foi possível definir como estratégia metodológica de base procedimental, o estudo de caso. Essa pesquisa utilizou dados coletados a partir de eventos reais, onde se explorou e se descreveu fenômenos inseridos em seu próprio contexto. Segundo Godoy (1995, p. 25), o estudo de caso se caracteriza como “um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e visa ao exame detalhado de um ambiente ou de uma situação em particular”. Segundo Yin (2015), essa metodologia é ideal quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos inseridos em algum contexto da vida real.

Uma vez que o estudo de caso permite a interação de diversas técnicas de pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, e para melhor atender aos questionamentos que o tema suscita, a abordagem da pesquisa foi qualitativa, pois frente à uma estrutura social que muitas vezes opera em “nível invisível”, presa a impressões e memórias individuais complexas, as conclusões provavelmente não ficariam claras em uma abordagem quantitativa.

A pesquisa documental ocorreu nos arquivos do escritório da CBC, em hemerotecas (da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Municipal de Caçapava do Sul), arquivos pessoais, acervo digital do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), relatórios enviados pela CBC ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e registros fotográficos².

A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos, como por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios (GODOY, 1995, p. 21).

Para acessar o passado, se não por documentos, a memória dos ex-trabalhadores foi fundamental. A pesquisa por meio da memória não é algo fixo, além de ser um termo

² No transcurso de alguns anos em contato com a população de Minas do Camaquã, por meio de conversas, recolhi fotos cedidas por diversas pessoas, que espontaneamente me emprestavam em função do meu interesse pela história do local. São imagens e recortes de jornal de 1890 até 1996. Digitalizei, datei e identifiquei com base na descrição dos proprietários, restando algumas ainda sem data, que nem mesmo os proprietários conseguiram informar. Estes, consentiram a respeito do uso das imagens neste trabalho.

polissêmico, a memória social são representações e construções da realidade, ou seja, um fenômeno mais subjetivo do que objetivo.

A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado, portanto do presente. (...) Ou seja, a memória e o esquecimento aqui também só existem sob os olhares da história, investindo-se na reconstrução de novas identidades a partir de um critério utilitário-político. Toda a memória, seja ela individual ou coletiva, é uma memória para qualquer coisa e não se pode ignorar tal finalidade (SEIXAS, 2001, p. 42).

As fotos foram utilizadas no decorrer do texto para ilustrar os fatos apresentados e narrados pelos informantes, ou seja, o uso da imagem aqui constitui-se também dado. Durante as entrevistas foram recurso para ativar a memória de determinados elementos-chave e estimular a fala do passado, tanto de determinados espaços, quanto de pessoas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de 26 de novembro de 2022 a 18 de dezembro de 2022, com 16 participantes. Foram elaborados três roteiros de entrevista (anexo 2) com os eixos direcionados para 3 perfis diferentes: trabalhadores; gestores e entidades³. A entrevista buscou captar a memória daqueles que experienciaram as relações de trabalho em Minas do Camaquã, sob a ótica de diversas trajetórias. Procedeu-se com a mesma prudência identificada na obra de Amado (1996), que explora a questão da mentira na história oral. A autora defende a ideia de que “depoimentos desprezados por historiadores por serem ‘mentirosos’ - isto é, por não promoverem reconstituições históricas fidedignas dos fatos pesquisados - podem conter dimensões simbólicas extremamente importantes” (AMADO, 1996, p. 126).

Quanto à amostra, o público atingido foi composto de ex-trabalhadores e ex-gestores que experienciaram o funcionamento da Companhia nas diversas fases: 2ª fase da CBC (Pignatari; empresa privada); 3ª fase da CBC (BNDES; Governo militar; estatizada); e 4ª fase final (autogestão). Foram recolhidos, especialmente, dados daqueles que experienciaram a transição de uma fase para a outra.

A respeito da 1ª fase (capital misto), dada a quase inexistência de ex-trabalhadores vivos, não foi possível entrevistar ninguém que tivesse trabalhado de fato antes de 1957. Portanto, os dados deste período foram coletados por meio de documentos e dos relatos de trabalhadores que na época eram jovens e acompanharam ou lhes foi repassado o que havia "naquele tempo".

Para tratamento desses dados qualitativos foi usado o Software MaxQDA. As gravações das entrevistas foram transcritas e posteriormente codificadas com o auxílio do

³ Entende-se por entidades as escolas, hospitais, clubes, igrejas, sindicatos, etc.

Software. Da mesma forma, os apontamentos realizados no diário de campo foram atribuídos aos entrevistados e organizados nas pastas do programa.

1.3. APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A seguir da introdução, o segundo capítulo faz uma reconstituição da história das Minas do Camaquã, mesmo os fatos que antecedem a criação da CBC, buscando relacionar os elementos desta história com a constituição do objeto de pesquisa. São apresentados nos subcapítulos o desenvolvimento socioeconômico e a decadência da empresa, desde a descoberta do minério de cobre até o fim da exploração mineral.

O terceiro capítulo discute o conceito de *company town* e relaciona as definições com a transformação sócio-espacial de Minas do Camaquã.

O quarto capítulo discute o paternalismo e as relações de poder que implica. O primeiro subcapítulo apresenta uma proposta interpretativa das relações de trabalho que se dão na forma de um circuito paternalista, e o segundo subcapítulo vai discutir o preceito moral por trás do paternalismo.

O quinto capítulo discute as relações de classe através da memória dos espaços de integração ou contenção da população (moradia, trabalho, etc.) e as condições de vida nas diversas esferas (saúde, lazer, etc.)

O sexto capítulo discute o episódio da greve e como se desenhou a relação da empresa com os funcionários até o fechamento. Na sequência, discute-se o paternalismo como resposta aos conflitos latentes.

O sétimo e último capítulo apresenta os resultados.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE MINAS DO CAMAQUÃ

Minas do Camaquã pertence ao 3º distrito do município de Caçapava do Sul. Está distante aproximadamente 300 quilômetros de Porto Alegre, 68 quilômetros de Caçapava do Sul, 130 quilômetros de Bagé e 220 quilômetros do porto de Rio Grande.

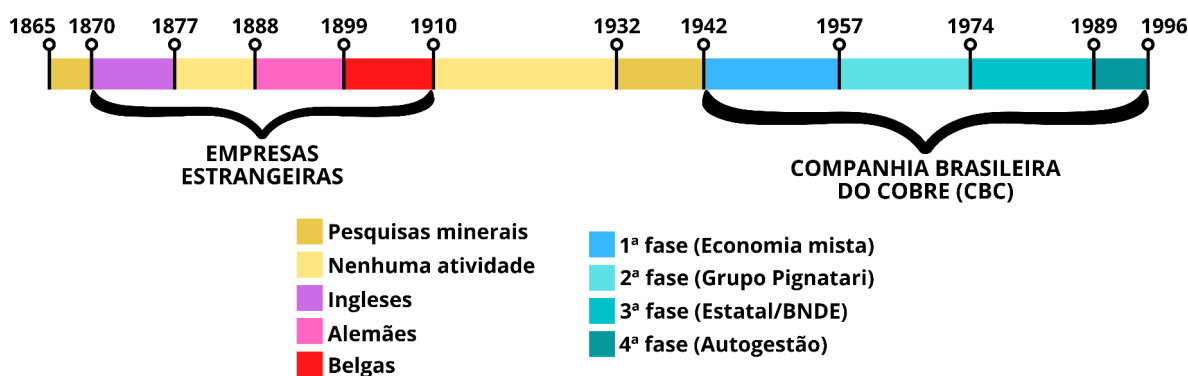
Durante 130 anos, a principal atividade econômica de Minas do Camaquã foi a mineração de cobre (ou atividades correlatas, como pesquisa mineral, sondagem e reavaliação de jazidas). O próprio fato do nome da localidade ser “Minas de” ou “Minas do” Camaquã é resultado do elo entre os indivíduos locais e o espaço laboral fundamental: a mina. Atualmente a extração mineral inexistente e a CBC - empresa que capitaneou por mais

tempo a mineração - encerrou suas atividades em 1996, mas a vila ainda abriga muitos dos antigos trabalhadores e suas famílias, que acabaram adquirindo as residências que eram de propriedade da empresa, restando por lá 400 habitantes em um espaço que chegou a abrigar 5000 pessoas entre trabalhadores e dependentes destes.

Buscar dividir a história de Minas do Camaquã em ciclos é uma tentativa de racionalizar um espaço de tempo que é intrincado. Aos que por lá passaram se referem ao seu passado como “no tempo da Mina”. Esse “tempo” é personalizado a depender do interlocutor e do período em que trabalhou em Minas do Camaquã. Quem ouve, se não for familiarizado com o saudosismo personalista, pode inocentemente considerar os 130 anos uma constante. Na verdade, Minas do Camaquã é uma colcha de retalhos. Mudanças na gestão, nas formas de assentamento humano e no ritmo de trabalho foram balizas que definiram a relação indivíduo-meio e indivíduo-indivíduo, e servem, portanto, como marcos temporais.

Genericamente, podemos dividir a história da exploração de cobre em Minas do Camaquã em dois grandes períodos: o primeiro, com empresas estrangeiras, e o segundo a partir da fundação da CBC, que era uma empresa nacional. Para esta pesquisa, nos interessa, de fato, o segundo período, que pode ser subdividido em mais 4 fases marcadas por mudanças na administração da CBC.

Figura 01 - Linha do tempo dos empreendimentos minerários de Minas do Camaquã



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Nos subcapítulos abaixo, são apresentados alguns dados históricos pertinentes de cada período, que colaboram para a compreensão da transformação das condições de vida e de trabalho, na medida em que as condições econômicas fomentavam a continuidade da mineração, ou forçavam sua interrupção.

2.1.1. A descoberta do cobre (1865)

Minas do Camaquã foi a segunda mina de cobre mais antiga a operar no Brasil, ficando atrás somente de Pedra Verde, no Ceará. Foi o segundo ponto de descoberta deste minério no país (GONZALEZ, 2019) e acabou dando incentivo para que se fizessem inúmeras outras tentativas no mesmo sentido no Rio Grande do Sul.

A descoberta do cobre nas Minas do Camaquã deu-se no inverno de 1865. O Coronel João Dias dos Santos Rosa encontrou rochas azuis e esverdeadas em suas terras. Desconfiando tratar-se de algum mineral valioso, tratou de levar ao conhecimento das autoridades. Dia 11 de agosto do mesmo ano chegava à Caçapava do Sul, em trânsito para a cidade de Uruguaiana, o Imperador Dom Pedro II e sua comitiva. A travessia por Caçapava era devido às tratativas relacionadas à Guerra do Paraguai. João Dias, por ocupar o posto de Coronel da Guarda Imperial, marcou audiência com o Imperador, e mostrou-lhe uma das pedras. Dom Pedro II encaminhou uma carta a engenheiros ingleses que mineravam ouro pela *The Rio Grande Gold Mine Limited* em Lavras do Sul (na época, Santo Antônio das Lavras) solicitando uma análise do material. Pouco tempo depois, o engenheiro inglês Mister H. Blood realizou campanha de amostragem onde João Dias encontrou as primeiras amostras, sendo mapeado por Blood como “Cerro João Dias”.

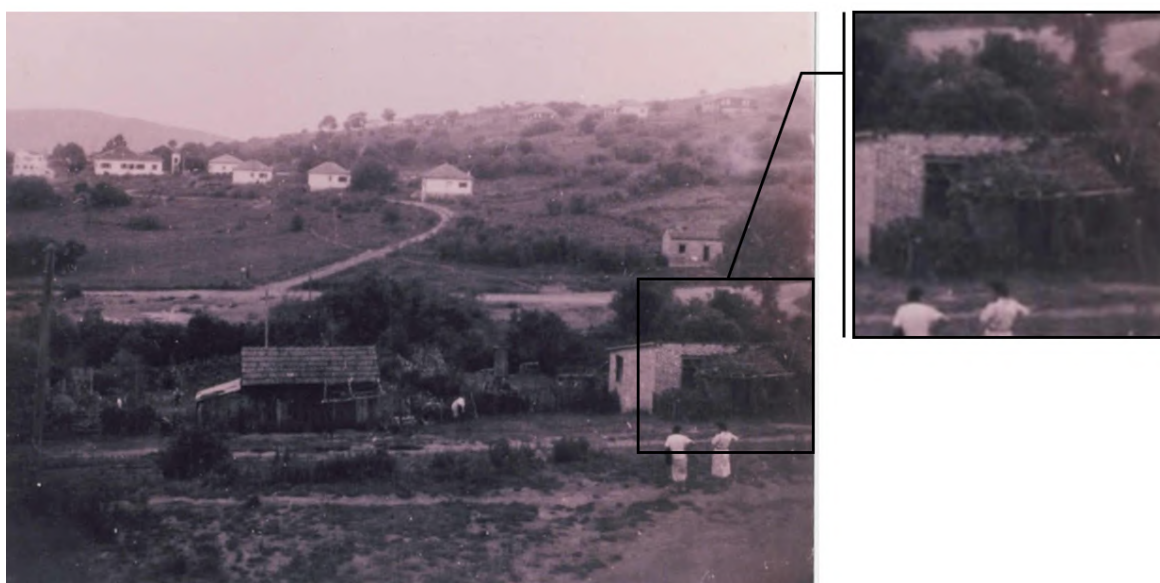
As pedras foram enviadas à Inglaterra e, cerca de seis meses depois, veio a confirmação de que se tratava de cobre. A carta de D. Pedro II acabou tendo rápidas consequências, e imediatamente começaram as explorações. O engenheiro de Minas J. H. Brendel, da Companhia de Ouro e Cobre do Sul do Brasil, relata a atividade de mineração ali realizada, como não merecedora do nome de mina, pois eram apenas “buracos sem regra nem simetria, trabalhos de ocasião ou pilhagem” (BRENDDEL, apud HARRES, 2000).

2.1.2. *Copper, Kupfer e Cuivre*: os ciclos de exploração estrangeira (1870-1909)

O primeiro empreendimento que merece ser considerado “mineração” foi de ingleses, que abriram a primeira galeria no Cerro João Dias no ano de 1870. A empresa chamava-se *The Rio Grande Gold Mining Limited*, a mesma que se encontrava explorando o ouro em Lavras do Sul. Esta empresa operou em Minas do Camaquã no período de 1870 a 1877. Em termos de força de trabalho, utilizava-se mão de obra escrava, especialmente para a realização das atividades mais penosas como quebrar a rocha ou selecionar manualmente o minério.

A primeira planta de concentração⁴ do minério foi construída junto a "Pedra do Engenho" onde o minério chegava transportado em vagonetas tracionadas por jumentos. A população local faz alusão à “época dos ingleses” como um período de desumanidade, onde o uso de mão de obra escrava e precárias condições de trabalho são elementos que atestam tal alusão. Incêndios causados pelos lampiões a carbureto e soterramentos estão entre as histórias relatadas. Nesta época as habitações eram rudimentares e construídas com leivas e cobertas com capim santa-fê, sempre próximas dos locais da mineração. Estas habitações ainda eram visíveis e habitadas até por volta da metade da década de 1950, quando foram suprimidas em definitivo. Pelo menos as que eram ocupadas pelos servidores da CBC, pois o mandatário “via indignidade nestas moradias” (SILVEIRA, 2020, p. 1).

Figura 02 - Em destaque, um rancho de leiva, remanescente dos ciclos estrangeiros. Foto dos anos 30.



Fonte: Acervo de Nilson Torres Dorneles.

Após a empresa inglesa encerrar suas atividades, a mina retornou à posse de João Dias. Após uma década adormecida, as terras sofreram mais um período de exploração de minério. Desta vez, por alemães moradores de Pelotas (RS) que em 1888 entraram em acordo com o proprietário do campo. Os alemães Maximiliano Saenger, Ricardo Saenger e Emílio Kleinod (agricultores) associados a Edmundo Berchon des Essarts (médico) e José Gonçalves Chaves (engenheiro civil), todos de Pelotas, constituíram uma parca empresa e montaram um engenho e um forno "Water Jacket" no flanco Oeste do "Cerro João Dias" onde produziam "matte", um subproduto do cobre, e exportavam com destino a Hamburgo, na Alemanha.

⁴ A “concentração” é uma das técnicas utilizadas no processo de beneficiamento do minério de cobre. Nos relatos desta pesquisa, os entrevistados se referiam tanto à “engenho” quanto “usina” quando aludiam ao espaço onde isto ocorria.

Consta terem feito uma metalurgia incipiente, entretanto, nenhum assentamento que não fosse diferente dos ranchos de leiva. A vista da depressão, a exportação do minério tornou-se proibitiva. Tentando sobreviver, a companhia fez instalações mecânicas. Deficiências de ordem técnica na realização da metalurgia, face ao encarecimento do transporte e da queda no preço do cobre, agravadas com despesas crescentes não ressarcidas, levaram à paralisação dos trabalhos em 1899.

Desta feita, é interessante pontuar que nenhum dos investidores possuía perfil de industriário. Eram pecuaristas e profissionais da cidade de Pelotas que se lançaram na empreitada de desbravar terras de difícil acesso que os atraía por conterem cobre. O sociólogo José de Souza Martins (*apud* Suzuki, 2016) destaca que o que mediou o desenvolvimento da indústria brasileira no fim da escravidão foi a propriedade e a renda, e não o capital e o lucro nos termos clássicos europeus. No caso dos alemães, a mineração ocorria após o arrendamento da superfície da terra e da extração de renda por meio do trabalho de “peões” da região. Quem de fato lucrava no processo era a família Dias, proprietária das terras mineráveis, que não possuía gastos diretos com a atividade.

Como fim da empreitada alemã, os irmãos Saenger intermediaram negociações entre o proprietário das terras e investidores belgas. Seria o início de mais uma fase na mineração. Os alemães venderam o direito de exploração à Companhia Belga pelo valor de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis). Isso significa que os alemães repassaram a concessão, ou seja, o direito de exploração foi objeto de negociação independente da propriedade da mina e das terras (RONCHI e LOBATO, 2000). Em maio de 1899, foi assinada a escritura de compra e venda dos direitos, entre João Dias e José Gonçalves Chaves⁵, o articulador das negociações, sócio e representante da empresa “*Société Anonime des Mines de Cruive de Camaquam – Brésil S/A*”, fundada em 20 de dezembro de 1889, com sede em Bruxelas (Bélgica) e filial no Brasil.

Com a Companhia belga, as atividades de mineração intensificaram-se através de novos trabalhos subterrâneos e da revitalização do antigo engenho que fora construído pelos ingleses e que não fora utilizado durante o ciclo dos alemães, os quais realizavam a separação manual e tratamento dos minérios junto à galeria aberta na encosta oeste do cerro João Dias. A Companhia belga foi a que se destacou entre as três nações que exploraram Minas do Camaquã, não só pelo desenvolvimento de técnicas, mas também pelas construções erguidas em função da mineração, que pelo tamanho e dinheiro gasto para empreende-las, demonstra

⁵ O irmão de José Gonçalves Chaves era, na época, embaixador do Brasil na Bélgica, e através de quem os capitalistas belgas se interessaram na aquisição das minas.

pela primeira vez um interesse de fixação da mão de obra em Minas do Camaquã. Pode-se afirmar que os trabalhos feitos pela *Societé Anonyme de Mines de Cuivre de Camaquan* foram grandes para a época. No ano de 1901 foi iniciada a construção de uma barragem no arroio mais próximo, visando através da instalação de uma turbina Francis de 150 HP, o fornecimento de energia para a localidade. O custo de construção ficou por mais de cem mil contos de réis (Cr\$ 100.000,00). Esta barragem com 16 metros de altura e 130 metros de extensão d'água foi a primeira usina hidrelétrica da província do Rio Grande do Sul, e a segunda do Brasil, ficando atrás apenas da usina de Marmelos, localizada em Juiz de Fora no estado de Minas Gerais. No ano de 1903, a barragem de pedra ainda estava em processo de sedimentação e uma grande enchente no mês de agosto daquele ano, ameaçava romper a represa. Os engenheiros Júlio Jadot e Wandecapelle, juntamente com o administrador Ludwig Klos, optaram por dinamitar uma pequena parte da represa no extremo norte, com vistas a formar um sangradouro, visto que a barragem não possuía comportas. Com a explosão, a força das águas levou consigo grande parte da represa, a qual nunca mais foi reconstruída. O prejuízo com a barragem foi, por fim, um dos fatores para o fechamento da empresa.

A escavação de galerias recebeu um impulso a partir de 1901, sob o comando do engenheiro Julio Jadot, e em termos de profundidade era um avanço significativo para à época, atingindo um nível de mais de 100 metros abaixo da cota mais alta do terreno. Neste período, também foi construída a Linha Decauville, uma estrada de ferro planificada para vagonetas que serpenteava o cerro de onde escoava a produção até o engenho de beneficiamento às margens do arroio João Dias. Para tal, foi construída a ponte (conhecida localmente como “ponte dos belgas”). Paralelo a estas construções, a antiga área arrendada ganhou uma grande casa de pedra (atual CTG Ronda Crioula), em cujas instalações, receberam os escritórios e a moradia do corpo técnico da empresa belga.

Uma descrição pormenorizada das instalações dos belgas foi feita pelo engenheiro Francisco de Paula Oliveira, o qual estimou a inversão de capital em Minas do Camaquã em mais de dois milhões de contos de réis (Cr\$ 2.000.000,00). Segundo Cassol e Abrão (1988, p. 26), durante o primeiro mandato do Coronel. Coriolano Castro, prefeito de Caçapava entre 1902 e 1906, foram tomadas medidas no sentido de fomentar a produção mineral no município. O intendente republicano “[...] facilitou às indústrias uma redução na taxa de seus produtos, principalmente as Minas de Cobre de Camaquã, reduzindo-as em 50% para auxiliar o respectivo incremento no setor mineral” (*ibidem*).

Segundo Teixeira (1941), naquela época, o cobre era vendido entre 120 e 130 libras a tonelada, sendo os mercados compradores Hamburgo e Liverpool. Mas a queda brusca

ocorrida entre os anos de 1905 e 1906, a qual derrubou a cotação para 40 libras, desestimulou o empreendimento. A companhia belga, já abalada em suas finanças com todos os investimentos empreendidos (instalações, barragem, trabalhos de preparação da mina, pessoal técnico, etc) viu-se de um momento para outro, sem capital para continuar o empreendimento. Somavam-se a estes fatores, a dificuldade dos transportes, feitos em carretas, o que tornava onerosos os trabalhos. O preço do frete era de 36\$000 por tonelada em tempo chuvoso, e 28\$000 na época de seca. O minério que era levado por um percurso penoso de aproximadamente 90 quilômetros até a estação de trem de Rio Negro (Atual Hulha Negra), em estradas em mau estado, o que muitas vezes impedia o comboio de trafegar. Todas estas dificuldades associadas à depreciação do metal, concorreram para desanimar os diretores da empresa. Ainda, há a informação que os belgas tiveram que pagar uma multa imposta pelo governo, pois o minério predominante era quase exclusivamente o cobre. Então o processo indicado, mais simples e econômico naquela época, era provocar a fusão semi-piritosa do minério, pois havia grande quantidade de ouro na galeria onde os belgas iniciaram a exploração. Mais tarde passaram a fazer a fusão semi-piritosa empregando pirita aurífera que era importada do município de Lavras. Daí em diante intensificaram a produção de ouro para exportação. Como não pagavam os impostos para exportar ouro e sim cobre, tiveram que pagar uma multa.

Se não bastasse estas dificuldades, o que terminou de afastar os belgas de Minas do Camaquã foi a descoberta de uma grande jazida de cobre na colônia Belga no Congo, todos os esforços da empresa foram dirigidos para a mina de Katanga (em funcionamento até hoje), Segundo Silveira (2019), a *Societé des Mines de Cruive* foi diretamente convocada pelo rei Leopoldo e enviada à África para explorar o cobre. Resultando que, os capitalistas belgas romperam o contrato firmado de dez anos com o fazendeiro João Dias, pagaram a multa rescisória, venderam parte dos equipamentos por preços irrisórios à prefeitura de Alegrete, abandonando os demais, e um ano antes do término do contrato, foram embora das Minas do Camaquã, encerrando-se assim, no ano de 1909 o último ciclo estrangeiro na exploração do minério de cobre em Minas do Camaquã. Atualmente as construções de pedra ainda resistem ao tempo, mas abandonadas, de modo que a maior parte o matagal se incumbiu de esconder e mascarar o fracasso das companhias mineradoras estrangeiras.

Até aqui, é possível depreender que a mais bem sucedida empresa estrangeira foi a belga, entretanto, está longe dos resultados alcançados, tanto em termos econômicos como sociais, pela CBC. Segundo o geólogo Emílio Teixeira, “o problema da mineração de cobre em Minas do Camaquã é realmente angustiante, principalmente para companhias que não tem

reservas financeiras e está num ambiente onde *não existe o espírito mineiro*” (Relatório DNPM, 1941, p.47, grifo meu). Este elemento é importante pois a capacitação da mão de obra só passou a ocorrer nos anos 1950. Até lá os empregados da CBC eram pecuaristas que desenvolviam o saber-fazer na prática de “baixar a mina”.

No período compreendido entre 1910 e 1932, não se possui informações a respeito de extração mineral na região. Acredita-se que os assentamentos humanos, se existiram, deveriam possuir as mesmas condições descritas anteriormente.

A política do Estado Novo de Getúlio Vargas oferece o primeiro regramento ao setor da indústria mineral. A nova constituição estabelecia a distinção entre a propriedade do solo e do subsolo. O bem mineral passa a pertencer ao Estado, que irá conceder o direito da lavra mineral. Para atender a esta nova política, em 1934, foi criado o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), na época vinculado ao Ministério da Agricultura. Neste momento, o DNPM através de seu 1º Distrito de Porto Alegre direciona suas pesquisas às terras de Caçapava do Sul e Lavras do Sul.

A partir de 1932 muitas pesquisas são realizadas, e pouco tempo depois o DNPM passa a realizar prospecções geológicas. Os resultados obtidos nas pesquisas revelaram todo um potencial a ser explorado. A reserva das Minas do Camaquã foi avaliada em 260.000 toneladas com um teor de 3,7% de cobre. O superficiário João Feliciano Dias (filho do descobridor das ocorrências, pois este já havia falecido) registra as Minas no DNPM - Manifesto nº 963 de 30/05/1939. Entre 1939 e 1942, a Cia de Indústrias Eletroquímicas S/A, “explorou” as Minas do Camaquã. Usa-se aspas na passagem anterior, pois Emílio Teixeira assim escreveu em seu relatório nesta época:

Atualmente a Companhia de Indústrias Eletroquímicas tem opção de compra da Mina. Esta companhia tentou a exploração da mina de Seival, na parte oeste do município, mas viu-se obrigada a abandonar suas operações devido a diversas dificuldades. A opção de Camaquan foi obtida em 1939, mais ou menos no meio do ano. Havendo fechado Seival as atividades da companhia passaram para aquela propriedade. Os primeiros passos foram no sentido de alojamento e para isto verificou-se a construção de alguns prédios. Sem *cuidar propriamente da mina*, a direção da empresa tratou de reconstruir o que os belgas tinham há trinta anos, quer dizer uma pequena usina de tratamento e fornos de fusão. Foi contratado um dos velhos servidores da companhia belga para levar avante este programa e ao mesmo tempo foi adquirido o material que outrora pertencia a uma antiga empresa de concentração de cassiterita no município de Encruzilhada. Esta maquinaria, além de imprópria, não está completa, faltam os aparelhamentos para a britagem primária e para fornecimento de força. (TEIXEIRA, 1941, p. 42, grifo meu)

Entre os anos de 1920 e 1940 engenheiros de minas e geólogos do DNPM aportaram realizando estudos e publicando trabalhos nas diversas revistas técnicas da época. Com os resultados apresentados, a região passou a despertar maior atenção sobre a questão mineral.

Com base em relatos de pesquisadores dos anos 1930, todas as habitações da “antiga companhia” haviam sido demolidas, havendo poucas ruínas que lembravam a sua passada existência. Segundo Joaquim Homem da Costa Filho (DNPM, 1943), havia uma dezena de “cafuas imprestáveis”, construídas a pouco, além da “casa da companhia” e a casa do proprietário da fazenda. Esta última, por gentileza do proprietário, foi oferecida como sede para os trabalhos de pesquisa lá empreendidos.

2.1.3. Sob as turbinas do Paulistinha: primeira fase da CBC (1942-1957)

É possível estabelecer uma nítida linha divisória em termos de modo de vida entre o que havia antes da CBC - com os ciclos estrangeiros - e depois, com a ordem imaginada de assentamento humano. O início do modelo *company town* acompanha a criação da CBC. Com vultoso capital investido, esta nova empresa iria superar os problemas das anteriores: mão de obra qualificada, pois com a fixação de uma comunidade junto à mina, foi possível criar uma cultura ligada à mineração, o que Nogueira (2012) chamou de “cultura mineira”.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial em 1939 muitos metais foram sobrevalorizados (SILVA, 2008). Entre as matérias primas mais carentes, estavam os derivados de petróleo e o cobre, que o Brasil dependia do abastecimento externo. Como as pesquisas do governo federal, havia uma crescente mobilização política para que empreendimentos de natureza estratégica ganhassem apoio do capital privado. A própria Divisão do Material Bélico do Exército fomentava os investimentos nas minas de cobre do Rio Grande do Sul⁶.

Em 1942, o empresário Francisco Matarazzo Baby⁷ Pignatari foi convidado para uma reunião com o presidente Getúlio Vargas, que lhe ofereceu participação na criação de uma empresa para explorar as minas de Caçapava do Sul. Getúlio garantiu que a União daria preferência para o cobre gaúcho, já que na época era o Chile que abastecia o Brasil. Pignatari aceitou e depositou o valor correspondente à sua parte. Silvio Portela, articulado com o interventor no estado do Rio Grande do Sul, general Cordeiro de Farias, e os industriais interessados, uniram os esforços na empreitada. Criou-se assim, a Companhia Brasileira do Cobre (Inicialmente com a sigla “COBRACO”, depois “CBC”). Foi fundada em 02 de

⁶ DNPM. Boletim 32, p.4, 1940

⁷ O apelido de infância foi dado por uma babá americana. Ser chamado de *Baby* Pignatari não o agradava, fazendo que recusasse entrevistas quando jornalistas não o chamavam de Francisco. Na imprensa nacional, apesar do apelido ser utilizado com a mesma frequência que o sobrenome, em Minas do Camaquã foi possível perceber que, nas entrevistas qualificadas, todos que se referiram à ele utilizaram somente ‘Pignatari’.

setembro de 1942 e reconhecida pelo DNPM como empresa de mineração em 22 de outubro do mesmo ano.

Conforme o desejo do Presidente, no dia 2 de setembro de 1942 foi constituída a Companhia Brasileira do Cobre com sede social em Porto Alegre. Como previsto, o contrato foi assinado pelos dois interventores, cada um em sua capital. No dia 22 de outubro, Getúlio autorizou a exploração das Minas do Camaquã, em Caçapava do Sul, pela companhia recém formada. A Companhia Brasileira do Cobre adquiriu a propriedade do solo sobre uma área de 348 hectares. Nela incluía o Cerro João Dias, parte do arroio de mesmo nome, e demais instalações mineiras que haviam sobrevivido ao tempo (MACEDO et al, 2006, p. 71).

O registro da escritura da CBC foi feito no 4º Cartório de Porto Alegre-RS, e constituída com o capital de 9.000:000\$000 (nove mil contos de réis), distribuídos em 9.000 ações de um conto de réis cada. O capital social da empresa, ficou assim distribuído: 3000 ações para o estado do Rio Grande do Sul; 3000 ações para a Laminação Nacional de Metais (Grupo Pignatari). O restante foi dividido entre cinco pessoas físicas: Hermenegildo Martini (1.250 Ações); Otávio A. Caiuby de Salles (750 Ações); Décio Tavares (500 Ações); Adamastor R. Vergueiro (400 Ações) e Pedro Alexandrino de Paula Leite (100 ações).

A primeira diretoria eleita foi: João Dahne, Pedro Alexandrino de Paula Leite e Hermenegildo Martini, em 1942. Embora a Companhia Laminação Nacional de Metais, de Pignatari, detivesse 33,33% do capital social da empresa, ele somente se tornou presidente após o ano de 1957, ano em que comprou as ações pertencentes ao estado tornando-se o acionista majoritário. De fato, durante a pesquisa documental, percebeu-se que não há registro de interferência direta de Pignatari nas ações da empresa durante esse período. Seu nome sequer aparece, tendo somente a Laminação Nacional figurando-se como acionária.

Se observada a divisão do capital social da empresa, ainda era inviável qualquer tipo de benfeitoria, pois a mesma ainda estava se estabelecendo, tanto em termos de estrutura e de locações, quanto em termos de diretoria e poder de mando. Não havia, neste período, segundo depoimento, uma divisão clara *“de quem fazia o que”*. O foco inicial estava em questões estruturais. *“A preocupação era concreto e tijolo, porque depois de tanto tempo paradas, as minas eram uma terra arrasada. Não tinha nem onde instalar o maquinário”*(sic. Gestor 1, 2022).

Até 1942 havia sido estimada uma reserva de 300.000 toneladas de cobre. Posteriormente com a prospecção na “galeria das piritas”, essa reserva foi elevada para 600.000 toneladas. O engenho entrou em funcionamento em 1945 empregando muitos trabalhadores. Com esses investimentos no campo da mineração era necessário um aparato urbano que desse conta de abrigar os trabalhadores, suas famílias, e tivesse as condições

mínimas de vida, pois o centro urbano mais próximo ficava a 68 quilômetros de distância. Em 1943 iniciou a construção do sobrado que abrigava os escritórios da empresa; em 1944 a construção do prédio da cooperativa dos funcionários e o início das vilas São Luiz e Santa Bárbara. Em 1954 foi construída a escola e um centro de treinamento, e em 1955 uma pousada. Em 1956 foi ampliada a capacidade de beneficiamento para 800 toneladas de minério por dia. Foi também construída a primeira “casa da presidência”, conhecida como Casa Vermelha, nome dado à maior casa da Vila São Luiz reservada para o presidente da CBC.

A partir da fundação da CBC as Minas do Camaquã passaram a comportar uma estrutura qualificada como *company town*, constituída por uma área de 173.260 hectares correspondente às áreas industrial e urbana. Deste total, 167.380 hectares formaram um conjunto de oito vilas, estrutura esta não vista durante os períodos anteriores à fundação da CBC. Ruas, prédios e residências foram surgindo na paisagem local. Ao longo de 50 anos, uma população que atingiu perto de 5000 habitantes contou com a oferta não somente de emprego, mas também com uma estrutura de vila operária [...] (SILVA, 2008, p. 15).

Apesar de Pignatari possuir apenas um terço da empresa, esta já começa a lhe interessar mais. Com o passar dos anos seu foco econômico iria se voltar para a mineração e metalurgia, área onde se consolidaria como um empresário reconhecido. Um dos fatos que atesta o interesse de Pignatari nas minas de Caçapava, foi o aumento da frequência com que se deslocava de São Paulo para Minas do Camaquã. Muitos moradores lembram do “sobe e desce” do avião C-4 Paulistinha de Pignatari, avião este que era fabricado pela Companhia Aeronáutica Paulista (CAP), outra empresa do conglomerado empresarial do Grupo Pignatari.

Figura 03 - Getúlio Vargas e Francisco Pignatari. Foto de 1941



Fonte: Macedo *et al.* (2005)

2.1.4. A Odisséia de Pignatari: segunda fase da CBC (1957-1974)

Nas Minas do Camaquã, pode-se observar a partir da segunda metade do século XX, um direcionamento das suas atividades no sentido de substanciar as aspirações político-econômicas nacionais desta época. Assim sendo, pode-se melhor contextualizar este momento com a seguinte afirmação de Sanches (2011 p. 308):

A década de 1950 no Brasil foi marcada por um aprofundamento da divisão social do trabalho em função da industrialização. A indústria tornou-se o motor e o centro dinâmico da economia e por tanto, de sua expansão. Antes disto, o esforço de acumulação da economia nacional foi desenfreado, porém desprovido de uma base industrial prévia, isto é, de acumulação que se cristalizasse nas máquinas e que expressasse o consumo do trabalho vivo (a força dos trabalhadores) pelo trabalho morto (trabalho contido em máquinas). A economia brasileira tinha enorme vitalidade de acumulação (é fundamental ter em mente que, a base da acumulação é a exploração do trabalho, mas era razoavelmente pobre em termos de máquinas e equipamentos. Juscelino Kubitschek consubstanciou em seu Plano de Metas o salto para a superação desta situação: Era preciso crescer “cinquenta anos em cinco”.

Para colocar seu plano em atividade, Juscelino Kubitschek, necessitava de apoio dos industriais brasileiros, onde, segundo Cheuiche (2006, p. 66), Pignatari aparecia como um dos seus industriais preferidos. Em 24 de janeiro de 1957 ocorre um aumento de capital da CBC, sendo a maioria das ações subscritas pelo Grupo Pignatari, que passa a ter o controle acionário⁸. O concentrado de cobre produzido nas Minas era enviado para a metalurgia da Caraíba Metais S.A, em Camaçari, no estado da Bahia, pertencente ao Grupo Pignatari.

No ano de 1957, ano em que subscrevia as ações do governo gaúcho, Pignatari possuía um grande complexo de empresas para administrar. A diversificação da produção ia desde fabricação de botões, aviões, armamentos, até caldeiras para a marinha. Neste contexto, se viu impossibilitado de assumir de perto a mineração de cobre nas Minas do Camaquã. Resultando que, acabou por fechar uma parceria com uma empresa japonesa chamada *Mitsubishi Metal Company*, numa cooperação técnica que durou entre 1958 e 1968, com acompanhamento de engenheiros brasileiros. A *Mitsubishi* operou a mina, engenho e serviços

⁸ Segundo Silveira (2019), essa transação das ações deu-se ao fato de que Pignatari foi acusado pelo então deputado estadual Cândido Norberto (PSB-RS) de vender o concentrado de cobre a preços simbólicos e inferiores aos preços no mercado internacional para outra empresa do Grupo Pignatari, a Cia de Laminação de Metais, no complexo em Utinga em São Paulo. Com as relações estremecidas e reinando a “desconfiança” entre as partes, e sabendo que o governador planejava estatizar a CBC, como já havia feito com a empresa de energia americana "Electric Bond and Share", que deu origem à CEEE, Pignatari teria se “percebido a manobra”. Portanto, ainda segundo Silveira, as acusações de Cândido Norberto eram na realidade, um pano de fundo para gerar contendas e motivos que justificassem a pretensa estatização da mina de cobre em Minas do Camaquã. Pignatari teria percebido estas intenções e adiantando-se aos fatos, propôs a compra das ações que pertenciam ao estado.

de geologia, o que dava a Pignatari mais tempo para focar na questão social. Após 1968 a CBC voltou a ser controlada e administrada por corpo técnico da própria companhia. Seria Pignatari, dali para frente, como definiu a Revista Cruzeiro (1970), “o rei do cobre no Brasil”.

Neste período de 1957 até 1974, período em que Pignatari assumiu e manteve o poder acionário da CBC, começou um grande projeto de refazimento da infraestrutura e urbanismo da comunidade, com vista trazer “dignidade às moradias”, melhorar o processo educacional, de saúde, e sobretudo, fazer com que os moradores tivessem “orgulho de morar e pertencer à uma comunidade ímpar e de grande interação social” (SILVEIRA, 2019). Seguem nos próximos parágrafos o histórico de desenvolvimento deste período:

Em 1963 foi construída uma nova barragem com capacidade de 43 milhões de litros. Em 1964 é dado início da construção da Vila Uruguaí, com habitações geminadas que possuíam quatro cômodos;

Em 1968 foi colocada uma cruz em uma das pedras mais alta da região, passando a denominar-se Pedra da Cruz, a fim de servir de referência para a pista de pouso para aviões; No mesmo ano é construída a nova Casa da Presidência e reformado o mercado, este sendo mantido pela empresa para o abastecimento dos operários, funcionando com o sistema de caderneta.

Em 1969, na sede da antiga fazenda de João Dias, é inaugurado o Clube dos Engenheiros e construído o matadouro para o abastecimento de carnes. Em 1970 é construído o Cine Rodeio - um cinema e salão multiuso em estilo de bar texano. Foi construída uma quadra esportiva próximo ao cinema e o campo de futebol foi transferido e ampliado.

Figura 04 - Panorama parcial da Vila São Luiz. Foto de 1965



Fonte: CEMAMC (2015)

Em 1971, entrou em operação o Novo Engenho com capacidade para 1.500 toneladas por dia de minério. A inauguração deste engenho, em 16 de fevereiro, contou com a visita do

Presidente dos “Anos de Chumbo”, Garrastazú Médici. Sobre este episódio um entrevistado assim relata:

Tinha ‘milico’ por tudo! Lá pelas 10h chegou o avião da Aeronáutica. Nele vinha o presidente e o governador Peracchi Barcellos. A gente, que era tudo guri, estava na Avenida. Tinham dito pra gente abanar as bandeirinhas do Brasil quando o carro do presidente cruzasse. Era um ‘gentaredo’, o pessoal de ‘fora’ veio ver também. Aí o carro preto cruzou e foram em direção ao engenho novo. O presidente e o Pignatari abanaram. Depois teve o churrasco no clube dos engenheiros.(sic. Trabalhador 7, 2022)

Ainda sobre o protocolo desta visita, Pignatari teve um gesto que virou notícia nacional, considerado de “elevado patriotismo”. Após o churrasco, fez a leitura de uma carta onde legou uma parcela de sua fortuna ao Governo Federal Brasileiro, que deveria ser imediatamente transferida após a sua morte. Nas suas palavras:

É tão grandioso esse projeto, tão necessário por indispensável ao desenvolvimento nacional, visando a emancipação do cobre brasileiro, que será crime de lesa-pátria dele desertar ou permitir que venha a cair em mão de grupos empresariais estrangeiros. Para evitar tal monstruosidade, que meu espírito de brasilidade repugna, permito-me aproveitar esta oportunidade que a Providência me propicia, para tornar público a V. Excelência que me sinto honrado e mais brasileiro ao afirmar que elejo o gerente daquelas realizações o próprio Governo da República, ao qual me obrigo a doar parte apreciável das ações da Pignatari - Administração, Indústria e Comércio S.A. - o que se tornará efetivo após o meu falecimento, uma vez que o governo, por si ou por departamento que for indicado, fique com o encargo de garantir a continuidade na administração e praticando a socialização do capital de maneira sui-generis, mediante a distribuição proporcional aos empregados dos dividendos daquelas ações. (PIGNATARI - Folha de São Paulo, 1971)

Figuras 05, 06, 07 e 08 - Visita presidencial e inauguração do novo engenho. Fotos de 1971





Fonte: Jornal “O Bom” (1971)



Figura 10 - Cartaz do Grupo Pignatari

Figura 09 - Reportagem sobre o “gesto patriótico”



Fonte: Jornal “Folha de São Paulo” (1971)



Fonte: Arquivo da CBC (2022)

Segundo relatório da CBC, em 1972, a população totalizava 3.878 habitantes. Destes, 1.400 eram empregados na Companhia e os demais, dependentes. A comunidade contava com 485 residências, com rede de abastecimento de água e luz, dispunha ainda de um sistema de transporte gratuito, pois o complexo estendia-se por 600 hectares. Para o abastecimento alimentar, a empresa mantinha supermercado, padaria, horta, granja, açougue e bares (CBC apud Harres, 2000).

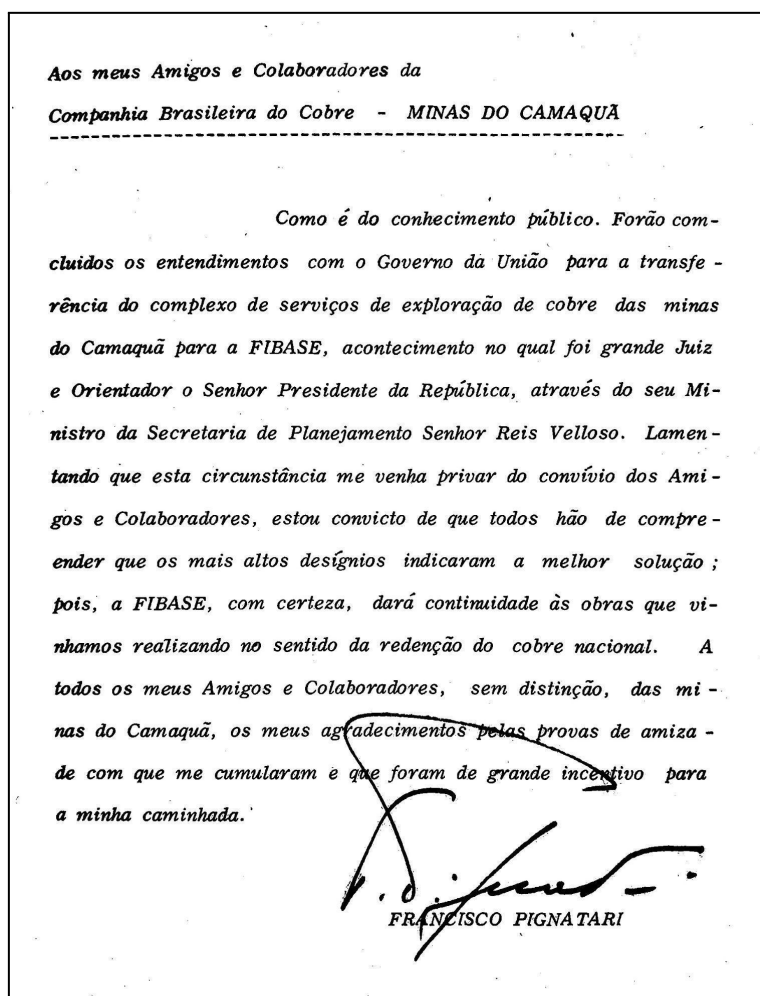
Como exposto acima, foi neste período que houve uma mudança substancial no espaço físico da comunidade, onde foram construídas vilas inteiras, reformadas muitas das velhas residências remanescentes de ciclos anteriores, o que contribuiu para o fortalecimento no quesito habitacional à época. Somadas as novas e necessárias construções, talvez o que tenha mais marcado a população, foram as obras de caráter coletivo e de entretenimento. Destacam-se as casas conjugadas as quais ficaram conhecidas como “Coletivas”. A demanda por mão de obra fez com que as vagas de emprego em Minas do Camaquã fossem procuradas por trabalhadores de várias regiões do Estado.

Vinha gente das cidades da volta. Ali quem trabalhava no calcário em Caçapava, largou tudo e veio pedir trabalho na Mina, porque era muito mais lucrativo. Além do salário, ganhava a casa, com luz, água, mercado, médico.... [E tinha emprego pra todos que procuravam?] Ah davam jeito de ter... Se fosse bom no serviço se acomodava. Era um paraíso pra quem trabalhava (sic. Trabalhador 2, 2022).

2.1.5. A derrocada do Playboy e a estatização: terceira fase da CBC (1974-1989)

Pignatari começou a se endividar. Os demais negócios do Grupo não estavam apresentando os lucros esperados, o que obrigava o repasse de capital de uma empresa para outra. Em pouco tempo Pignatari estava retirando empréstimos junto ao governo, o que com o passar do tempo, aumentou a velocidade da queda. Após pressão do governo, Pignatari entrega Minas do Camaquã ao governo. À esta altura já havia descoberto que estava com leucemia, vindo a falecer em 27 de outubro de 1977. Segundo antigos funcionários, a saída de Pignatari foi “silenciosa” e “repentina” e houve a ciência parcial dos fatos quando receberam uma carta do patrão:

Figura 11 - Carta de despedida assinada por Pignatari em 1974



Fonte: Acervo do autor (2022)

Na carta, Pignatari alude à “melhor solução” e agradece aos “colaboradores”. Cabe aqui fazer uma observação a respeito do uso do termo “colaborador”. O jargão surgiu nas empresas japonesas na década de 70. No Brasil veio a se popularizar a partir dos anos 90. Durães e Silva (2016) observam que estas “formas eufêmicas” são cortinas de fumaça que muitas vezes procuram esmaecer a diferença de classe a partir de uma pseudo-igualdade, baseada na ideia de que “todos colaboram” juntos em direção a um mesmo sentido. Mudanças de palavras carregam mudanças de conteúdo semântico. Esse discurso de aproximação e igualdade encontra reflexo em muitos esforços capitalistas de transmitir a ideia de articulação, pois a colaboração entre a empresa e colaborador é alicerçada na ideia do espaço de trabalho ser uma “casa” onde todos são “família” e que se deve “vestir a camiseta”. Ao usar o termo colaboradores, Pignatari renunciou uma prática que no Brasil marcaria as relações de trabalho especialmente após a emergência dos discursos neoliberais de desenvolvimento e modernização a partir do governo Collor.

Em outubro de 1974 a FIBASE - Financiamento de Insumos Básicos, ligada ao BNDE assumiu o controle acionário da CBC, que passou a ser administrada pelo Engenheiro Henrique Anawate, ex-secretário estadual de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul. Um contrato com a DOCEGEO permitiu um trabalho de pesquisa geológica para retomar a lavra em novas bases e com novas reservas. Neste ano iniciou-se as obras da vila Bela Vista.

Em dezembro de 1975, quando a condição deficitária da lavra se somou à desativação da única metalurgia que utilizava o concentrado de cobre produzido nas Minas do Camaquã (Empresa Caraíba), foram suspensas as atividades de lavra, a fim de concentrar esforços na pesquisa geológica.

Segundo Cassol e Abrão (1988), durante o mandato do Prefeito Dr. Alcides José Saldanha, de 1973 à 1977, houve uma enorme dificuldade no equilíbrio orçamentário, devido principalmente à paralisação das atividades nas Minas do Camaquã, que “...contribuíam com uma expressiva parcela com o retorno do Imposto Sobre Produtos Minerais”. Os resultados desta nova etapa de prospecção geológica eram satisfatórios conforme a afirmação de Artur Shneider, para o então Presidente Ernesto Geisel:

Pelo o que conhecemos em relação ao assunto, as áreas mais promissoras do Estado são as da região das Minas do Camaquã, com reservas totais na ordem de 15 milhões de toneladas de minério com teor médio de 1,0% de cobre (SHNEIDER, 1977, p.14).

Em 1976 foi criado o Projeto Expansão Camaquã, reavaliando as reservas restantes nas Minas Uruguai e São Luiz. O projeto concluiu pela viabilidade econômica, com investimentos de 50 milhões de dólares, prevendo uma lavra mecanizada da mina São Luiz e lavra a céu aberto da antiga mina Uruguai. Novo processo industrial de beneficiamento foram instalados para produção de 12 mil toneladas por ano de cobre contido no concentrado (Harres, 2000)

Neste contexto, em abril de 1979 foi assinado solenemente, no Palácio Piratini, o contrato de financiamento entre BNDE e CBC para o novo plano de lavra. Em janeiro de 1980, o Governador José Augusto Amaral de Souza e o Diretor do DNPM, Engenheiro Yvan Barreto, detonaram a primeira carga de explosivos da lavra a céu aberto da mina Uruguai na presença do então Presidente da CBC Henrique Anawate e o Dr. Afonso de Oliveira, Diretor do BNDE.

Em 1980 foi implantado o Projeto Expansão Camaquã, iniciando-se uma nova escala de produção, operando em três turnos de produção e empregando 80 mineiros por turno. É desta época as conhecidas ocasiões em que as missas de Natal eram rezadas dentro da Mina

Em 1985 iniciou-se a construção da vila Bom Jardim. Ao todo, deste período, em volta da mina estavam instaladas 518 casas, 11 alojamentos com 188 quartos para solteiros, cinema, salão de bailes, posto de gasolina, banco, farmácia, supermercado, duas escolas, dois clubes, hospital, igreja e hotel (ZERO HORA, 1985). Como a produção não atingiu as expectativas do projeto, o BNDES assumiu o endividamento de 29,7 milhões de dólares e, em 1986 o Governo Federal decidiu incluir a CBC no Programa Nacional de Desestatização (PND)

2.1.6. Privatização e autogestão: a quarta fase da CBC (1989-1996)

Como já mencionado, em 1986, inicia o processo de privatização, realizando um leilão em outubro de 1988. Como previsto no edital, caso não houvesse comprador a empresa fecharia. Devido a diversos fatores, entre eles o momento não favorável pelo qual passava a economia do país, as empresas habilitadas a participar do leilão desistiram de fazê-lo.

O leilão da CBC, marcado para 21 de outubro de 1988, foi suspenso. As cinco empresas – S/A Marvin; Albatroz S/A; KDG da Amazônia Indústria de produtos metálicos S/A; Paulista Metais S/A; Caraíbas Metais S/A – que se haviam qualificado para a disputa, desistiram. Por decisão governamental, caso a empresa não fosse vendida, seria fechada. Diante desse quadro, um grupo de administradores e funcionários da empresa manifestou, através de correspondência, o interesse em

encontrar uma solução, sugerindo, inclusive, a compra pelos funcionários. Um protocolo de intenções foi assinado com o BNDES, comprometendo-se os empregados a constituir uma holding, designada naquele documento de Santa Bárbara Companhia de Empreendimentos e Participações, para adquirir o controle acionário da CBC. O preço acertado foi o mesmo do edital de oferta publicado na imprensa anteriormente, e que, efetuadas as devidas correções, correspondia a NCz\$ 7.216.553,74. As condições exigiam o pagamento de 30 % no ato do negócio e o restante em 24 meses, em parcelas trimestrais, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor (IPC), acrescidas de juros de 7,5% ao ano. A fórmula inédita de privatização acabou ganhando ampla projeção” (RONCHI e LOBATO, 2000, p. 46).

Então, para evitar o fechamento da empresa a compra inédita foi realizada. Foi tida na época, pelo governo federal, como uma experiência para futuras privatizações. Assim, em 20 de março de 1989, os empregados da CBC fundaram a holding Bom Jardim S/A e adquiriram o controle acionário (uns com ações preferenciais e outros com ações ordinárias) da Companhia Brasileira do Cobre.

A diretoria e as associações realizaram ampla campanha com os empregados, pois somente eles podiam participar como acionistas, usando suas poupanças ou antecipações salariais para a compra das ações da holding. Dos 960 empregados na época, 408 aderiram ao protocolo de intenções e criaram a holding designada, por fim, como Bom Jardim S/A, constituindo-se este nome numa alusão à estrutura geológica da região em que se insere a mina de cobre – Janela Bom Jardim (RONCHI e LOBATO, 2000, p. 47).

A CBC agora gerida por seus empregados conseguiu saldar suas dívidas com o BNDES comercializando o concentrado de cobre enviando à Caraíba Metais, mas incluindo também o ouro contido e prata (Harres, 2000).

Figura 12 - Extrato de matéria sobre a compra extraordinária.



Fonte: Jornal do Dia (1989)

É necessário guardarmos os limites da definição de "autogestão". Idealmente, a autogestão "plena" (associada à autonomia) existe quando o poder decisório está nas mãos de uma assembleia geral. O que ocorreu na CBC que induz localizar a forma de gerência como autogestão é o fato dos antigos funcionários de médio e alto escalão, antes subordinado à uma diretoria, terem se tornado, por meio das ações preferenciais, detentores de um poder de decisão. Ou seja, passa a inexistir a figura do patrão como nas fases anteriores, mas não trata-se do poder dividido entre a totalidade daqueles que trabalhavam para a empresa, como em casos brasileiros posteriores - à exemplo, a mina de Brejuí em Currais Novos (BEZERRA, 2014).

Embora alguns funcionários tivessem mais ações, o peso do voto de cada acionista não poderia passar de 3%. Essa norma não permitia que houvesse um sócio majoritário. Tal desenho empresarial, no julgamento dos engenheiros da época "desburocratizou os processos e descentralizou a tomada de decisões", e isso era "muito almejado pelos administradores da CBC" (BENADUCE, 1992, p.26). Apesar da impossibilidade da existência de um acionista majoritário aqueles que detinham as ações preferenciais tinham mais controle na coordenação da empresa do que aqueles que tinha as ações ordinárias.

Figura 13 - Matéria sobre a sobre a desestatização

Novo modelo de privatização adotado pelo BNDES: empregados da CBC compram a empresa

O BNDES privatizou mais uma de suas empresas controladas, a Companhia Brasileira do Cobre (CBC), adotando um novo modelo de desestatização — a venda aos próprios empregados. Eles assumiram o controle da CBC após assinar o contrato de compra na sede do BNDES, no Rio.

Foi criada uma empresa "holding", a Bom Jardim Participações, para administrar a CBC. Um dos empregados, Henrique Anawate, assumiu a presidência da Bom Jardim. O preço de compra foi de NCz\$ 7,2 milhões, dos quais os empregados pagaram 30% à vista. O restante será liquidado em 24 meses, com juros de 7,5% ao ano mais a correção do IPC, ou em até cinco anos com juros de 10% ao ano mais

IPC. Dos 960 empregados da CBC, 408 adquiriram ações da "holding", através de desconto nas folhas de pagamento, com parcelamento em dez meses. A Bom Jardim terá um capital inicial de NCz\$ 200 mil.

Ao assinar o contrato, Henrique Anawate anunciou que será criado um plano de cargos e salários para a CBC, e que os salários serão aumentados em várias categorias profissionais para que alcancem os níveis de remuneração praticados no mercado. Segundo ele os empregados agora terão novos estímulos, uma vez que a política salarial da CBC sofria as restrições que pesam sobre as empresas estatais, o que dificultava a concessão de vantagens e benefícios.

— A empresa poderá ter um faturamento mensal de US\$ 2 milhões. A produtividade da CBC e o fato de não ter dívidas contribuirão para tornar seus preços competitivos em nível internacional.

A mina tem capacidade para operar a plena carga por mais cinco anos e por vários outros anos com a utilização das reservas subterrâneas, disse um dos novos diretores da Companhia, Jorge Alberto Bermejo. Ele esclareceu que, apesar de o teor de pureza do minério ser inferior ao de outros grandes países produtores, as atividades da CBC têm importância estratégica, porque possibilitam ao Brasil desenvolver uma tecnologia moderna de mineração e, além disso, repre-

sentam uma economia anual em divisas de cerca de US\$ 25 milhões, com a redução das importações de cobre.

A Companhia Brasileira do Cobre, com sede em Porto Alegre, é controlada pelo BNDES desde 1974. Suas minas localizam-se em Camaquã, município de Caçapava do Sul (RS). Além de atuar na mineração, a empresa beneficia, transforma e comercializa minério de cobre e seus produtos. Com capacidade para beneficiar 1,9 milhão de toneladas/ano, a CBC extrai até 40 mil toneladas/ano de concentrado de cobre, o que significa 12 mil toneladas/ano de metal contido. A Companhia conta atualmente com patrimônio líquido e fluxo de caixa positivos.

Fonte: Informe BNDES (1989)

Figura 14 - Matéria a respeito da “companhia incômoda” da qual o BNDES se “livrou”



Fonte: Revista “Copel” (1989)

As reservas pesquisadas pela DOCEGEO exauriram em 1996, e a mina é fechada uma terceira vez (e última). Os esforços de pesquisa em maior profundidade, iniciados em 1990, frustraram as expectativas de realizar a exploração de um corpo próximo à mina. Ao contrário da anterior, não houve a retomada das pesquisas e as instalações e bens da CBC foram vendidos. A CBC abandona também a administração da vila, que desde 1980 já vinha tendo muitos serviços terceirizados ou deixados de ser prestados pela empresa. Assim, talvez seja a primeira vez que a vila de Minas de Camaquã dependeu integralmente da gestão pública para prover a parcialidade dos serviços que ainda restaram, na medida em que os mesmos continuaram acabando.

O concentrado de cobre da CBC era adquirido pela Caraíba Metais, em operação desde 1982. A liberação das importações de cobre, em 1990, trouxe algumas dificuldades e exigiu a revisão das estratégias de comercialização do concentrado para preservação do mercado. Mas, além do cobre, podiam contar com a comercialização do ouro e da prata contidos no concentrado. Conforme matéria jornalística publicada na época, a empresa produzia cerca de 240 quilos/ano de ouro

e 22 mil quilos/ano de prata, num valor total de US\$ 20 milhões e US\$ 25 milhões, constituindo-se a CBC, nessa fase final, no segundo produtor de prata do país (RONCHI e LOBATO, 2000, p. 47-48).

A Holding Bom Jardim conseguiu saldar suas dívidas com o BNDES antes do prazo estipulado. Continuou as explorações do cobre até o esgotamento total das jazidas, em abril de 1996 [...] Grande esforço foi realizado na busca de empreendimentos alternativos, através, especialmente, de investimentos vultosos em pesquisas e infra-estrutura operacional visando a implementação de projetos nas áreas de produção de sulfato de cobre; em extração de madeira, com a criação da Mademina; na exploração de outras jazidas, como a Santa Maria, na produção de calcário e na extração de mármore. Entendimentos para levar esses projetos adiante após a desativação da CBC não foram alcançados e os acionistas optaram pelo processo de dissolução da Companhia. O processo de liquidação foi administrado pelo geólogo Nilson Torres Dorneles, em consonância com as deliberações da Assembléia Geral Extraordinária de 31 de março de 1997 que definiu o modo de liquidação (RONCHI e LOBATO, 2000, p. 48).

Segundo Harvey, nos anos que se seguiram à década de 70, houve uma reestruturação produtiva, e empresas, levadas pela necessidade de concentrar esforços nos lucros frente ao aumento da concorrência, passaram a fazer menos concessões aos trabalhadores. A chamada “acumulação flexível”, a partir dos anos 90, acentuou ainda mais a redução do campo de ações das empresas, o que carrega o paradigma do “fazer mais com menos”, e levava as empresas a optarem por reduções do quadro de funcionários e contratação temporária.

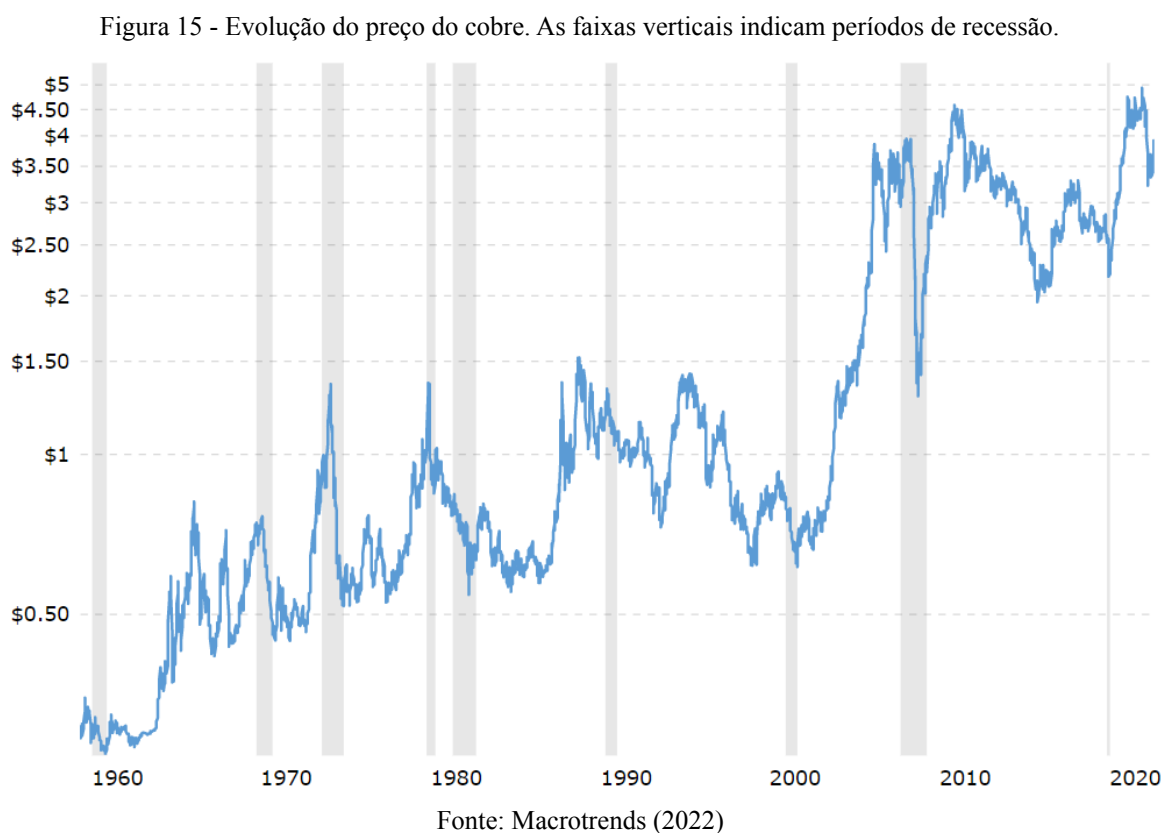
Segundo o Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada (GMGA), a situação dos direitos minerários nos domínios de Minas do Camaquã não se alterou desde o encerramento das atividades de mineração em 1996. O Grupamento Mineiro DNPM 910.139/1982, que engloba o Manifesto de Mina e duas áreas de concessão de lavra de 1967, protocolou em 06/11/1997 requerimento de “Suspensão Temporária de Lavra”, sem ter tido até o momento ação efetiva, tanto do novo controlador da “massa falida” da CBC, como do órgão gestor da mineração no sentido de prover pesquisa ou destinação ao título minerário.

Precisávamos sempre de condições econômicas favoráveis para manter a viabilidade da exploração. A nossa concorrência sempre foi difícil. No Chile, por exemplo, basta “catar” o cobre que aflora no chão. Aqui tínhamos que perfurar a rocha. Era dispendioso, ainda mais com a vila para manter (sic. Gestor 2, 2022).

De fato, a mineração chilena, a principal concorrente, possuía ampla vantagem. Além de explorar economicamente o minério desde 1810, o Chile utiliza quase sempre lavra a céu aberto, que em termos técnicos, é mais vantajoso (INFOMET, 2001). Com a concorrência

internacional, apesar da CBC figurar entre as maiores empresas do Brasil⁹, seu ritmo acompanhava as oscilações do preço do cobre.

Tão logo a empresa fechou em 1996, foi realizado o desmembramento imobiliário da área urbana. Para a administração municipal, foi grande o impacto sobre a arrecadação do município, já que a Companhia pagava os 20% do Imposto Único sobre Minerais. Isso representava $\frac{1}{3}$ do orçamento da prefeitura. Com o desemprego de mais de 600 pessoas, o município não tinha condições de absorver tanta mão de obra (BENADUCE, 1992).



3. COMPANY TOWN E O REGIME DA MICRO-CIDADE MODELAR

Na América do Sul destacam-se as cidades planejadas por empresas em contexto de mineração. *Company town* é uma classificação para essas “sociedades industriais em microcosmo” (METHENY, 2007, p. 17), em que “praticamente tudo o que se relaciona com o assentamento, incluindo as casas, lojas, escola e até a capela, está subordinado ao empreendimento empresarial”. São comuns estarem localizadas próximo a estações de trem, áreas de mineração, grandes fábricas e bases militares. O controle dos funcionários e

⁹ Diploma recebido na edição dos 17 anos da Revista Quem é Quem na Economia, em 1983.

organização do recurso humano são alguns dos objetivos em manter uma estrutura mais sólida de assentamento. Isto reflete nas características físicas e sociais do lugar que vão desde uniformidade da arquitetura, separação de classes sociais através de moradias de tipos distintos de qualidade e segregação de grupos sociais conforme posto de trabalho.

Optou-se pela utilização do conceito *company town* por dois motivos. O primeiro é que, frente ao que se constituiu em Minas do Camaquã, é o conceito que melhor designa e contém o caráter do objeto. No vocabulário especializado, segundo Correia (2001), aparecem outras designações como vila operária, fazenda, vila usina, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo industrial, núcleo residencial, núcleo fabril, cidade operária, cidade-companhia, cidade-empresa e cidade nova. Além de estrangeirismos como *mill village*, *corporate city*, *lumber camp*, *mining town*, *industrial suburb* e *satellite city*. Diante desta variedade, *company town* é o mais abrangente, pois se Minas do Camaquã fosse tratada como vila operária, por exemplo, em termos semióticos, perderia sentido, uma vez que se trata de um assentamento composto por várias vilas, sendo a distinção entre elas um dos principais elementos da segregação espacial em função do posto de trabalho. Como segundo motivo, o assentamento urbano de Minas do Camaquã já foi identificado neste termo em trabalhos como Silva (2008), Portela e Rocha (2019) e Gevehr *et al.* (2019). Tais trabalhos embora classifiquem o conjunto de vilas existentes como tal, mantêm suas análises nas áreas da geografia, história e turismo, não explorando o elemento paternalista ao qual este trabalho se propôs.

A gestão da micro-cidade ao longo de 56 anos, vezes mais, vezes menos, baseou-se na segregação, mas com um forte caráter assistencialista, que seria, no campo prático, uma ferramenta de controle e eficiência por parte da empresa, possuindo o modelo a capacidade de conter os conflitos do trabalho e os questionamentos das regras impostas. Essa racionalização abrangeria tanto a gestão do trabalho, a disposição territorial dos prédios, como a vida cotidiana da população trabalhadora. Inúmeros estudos de caso relatam o caráter autárquico das vilas anexas a grandes empreendimentos (vide apêndice 1).

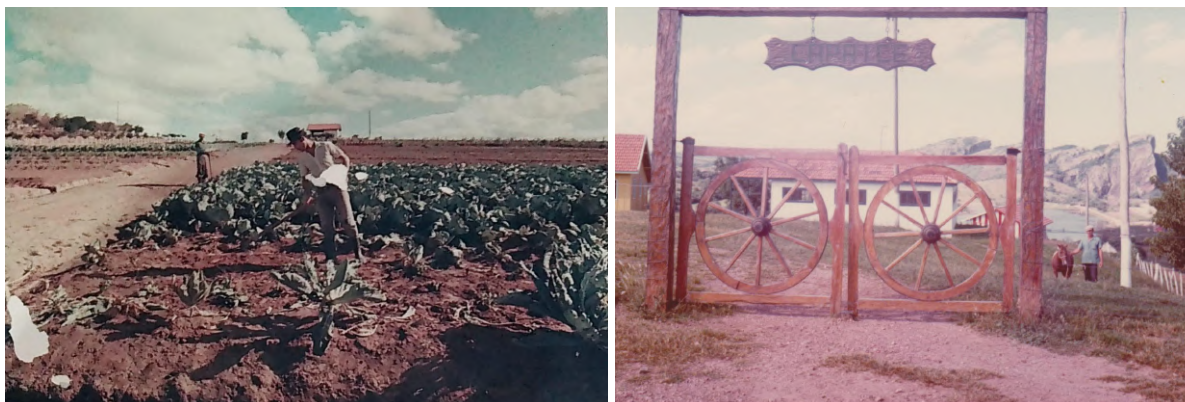
Sobre o “Sistema Paulista”, de 1930 a 1970 (que compreende a vila e a Companhia de Tecidos de Paulista/PE), o antropólogo José Sérgio Lopes classifica o caso como um “exemplo radical” da relação empresa-trabalhador, pois

[...] sob um mesmo controle, centralizado, a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil de bens de consumo dos operários, sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades (LOPES, 1988, p. 21).

Pode-se considerar que Minas do Camaquã é outro caso “radical” ou “limite” pois detinha, no período que tratamos como segunda fase da CBC, todos esses elementos. Acrescenta-se ainda, ao contrário do Sistema Paulista, o isolamento geográfico que Minas do Camaquã se encontrava de outras áreas urbanas. A distância de outras formas de recreação, comércio e assistência, sujeita aquilo que é, literal e metaforicamente, a vida “dentro” da empresa.

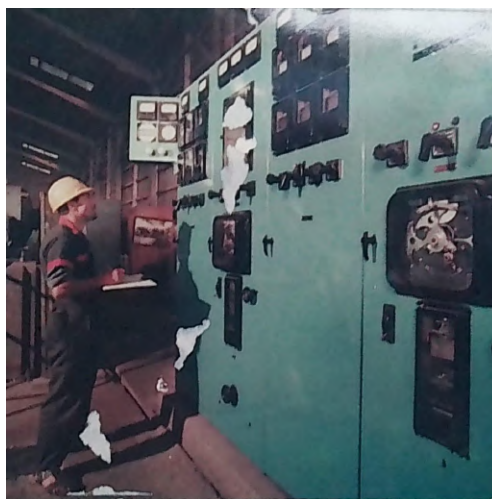
A produção agrícola que abastecia o mercado ocorria por meio de horta, granja e aviário da Companhia. A autossuficiência abarcava a geração de energia elétrica e o tratamento de água potável. O policiamento e a manutenção da ordem eram executados pela Guarda Patrimonial, e deste modo a empresa dispensava qualquer efetivo policial. Esse “desenho” se alterou a partir de 1980 quando, por pedido da comunidade à Câmara de Vereadores de Caçapava, foi instalado um posto da Brigada na Vila São Luiz.

Figura 16 e 17 - Horta e Granja



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 18 - Estação geradora de energia elétrica à base de diesel.



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Do ponto de vista habitacional, a *company town* de Minas do Camaquã estava alinhada aos preceitos desenvolvidos por sociólogos, arquitetos, engenheiros e higienistas no 1º Congresso de Moradia em 1931 onde a “casa operária” foi discutida. Segundo os “especialistas”, o modelo de habitação deveria servir às necessidades da “modernização industrial” e corrigir os defeitos morais e higiênicos dos cortiços e favelas. Segundo Rago (1997, p. 193) era preciso “construir um tipo racionalizado de espaço domiciliar”. Na sociedade ocidental racionalizada, busca-se nas ações os meios mais eficientes visando determinado fim (WEBER, 1999). Em uma situação de vila mineradora isolada (fabril e/ou industrial), infere-se que a racionalidade é o que garantiria a previsibilidade da conduta dos agentes (funcionários) naquela esfera social específica, e com isso, garantindo a eficiência do espaço laboral.

Rodrigues (1998) ao pesquisar a atuação de empresas mineradoras na transformação da “Vila dos Cabanos”, na Amazônia, criou uma diferenciação no emprego da definição de *company town*, a fim de torná-la mais abrangente. Trata-se da diferenciação entre *company town* fechada e *company town* aberta:

No modelo fechado, a experiência nos mostra que as tendências de padronização, de imposição de características “estranhas” à região de implantação, de segregacionismo hierárquico e isolamento são intrínsecas destas formações. Esta assimilação do que podemos chamar de modelo “clássico” de *company towns*, estendeu-se ao Brasil, onde podemos enumerar vários casos, especialmente na Amazônia, que caracterizam vilas “fechadas”, de uso exclusivo das empresas (Carajás, Tucuruí). Em contraponto a este modelo, encontramos a tentativa de adaptar o modelo clássico à uma realidade mais dinâmica, através de um modelo de Vila que assuma um caráter de cidade “normal”, na tentativa de amenizar os problemas normalmente encontrados no modelo clássico ou fechado: o modelo de Vila “aberta”. Desta forma, teoricamente, problemas como o de formação de cidades satélites tende a ser racionalizado, sendo possível a diversificação das fontes geradoras de renda e de empregos para os moradores, deixando assim de concentrar somente na empresa as possibilidades de expansão, principalmente econômica da cidade (RODRIGUES, 1998, p. 4).

Essa diferenciação é pertinente para o caso de Minas do Camaquã, pois as mudanças ao longo do tempo não são estritamente morfológicas. O “caso radical” nos termos de Lopes, que se deu ao longo da década de 60 foi, em outros momentos, não tão radical. A segregação, o controle na circulação de mercadorias e a política de manutenção da ordem nem sempre foram as mesmas nos 54 anos de CBC. Apesar de Minas do Camaquã nunca ter assumido o “caráter de cidade normal” como a Vila dos Cabanos, a forma como era administrada por Pignatari era bem diferente daquela administrada por Anawate, ou mesmo pela Bom Jardim S/A.

Logo que a *company town* começou a se constituir em 1942, o foco da empresa era a construção de casas e alojamentos. Não havia nesse período nenhum esforço por parte da CBC para garantir um comércio unificado. Inicialmente, haviam “vendas”¹⁰ que pertenciam a pessoas da região. Mesmo os serviços de saúde eram particulares. Os funcionários podiam se organizar (o que foi feito por meio da Cooperativa dos Empregados) para adquirirem ou trocarem alimentos. Ainda havia ranchos de leiva erguidos pelos belgas e estes continuaram a existir, demonstrando também, que apesar da empresa construir casas padronizadas, não havia uma preocupação com o rigor estético das vilas, nem com o controle de entrada de pessoas.

A partir de 1957, com Pignatari assumindo o poder acionário, a imposição de regras e a reestruturação urbana atestam o início da *company town* fechada. A antiga Cooperativa dos Empregados foi transformada em mercado e passou para o controle da Companhia. A partir deste momento a CBC passa a controlar a permanência das pessoas nos espaços das vilas e a controlar o comércio, conforme pode-se observar nas seguintes explicações:

Não podia vender nada nas vilas, porque tinha o mercado da CBC. O funcionário já tinha o vale pra isso. Mas o pessoal dava um jeito. Meu pai era um que tinha gado e trazia carne escondida embaixo do banco da charrete pra vender. Só que a guarda não podia desconfiar, né...” (sic. Trabalhador 6, 2022)

Às vezes os plantadores e os pecuaristas vendiam pra CBC, mas não dava pra negociar direto. Era proibido. Tinha gente que tinha horta no pátio... e isso a CBC deixava, mas se mexesse com dinheiro capaz de ordenarem que uma escavadeira passasse por cima.” (sic. Trabalhador 4, 2022)

É possível perceber uma gradual abertura a partir da estatização. É uma passagem lenta, da *company town* fechada para uma *company town* aberta. Essa passagem foi diferente da passagem conduzida por Pignatari, descrita anteriormente, que foi abrupta. A partir da década de 80, as regras da empresa se afrouxaram e permitiram o fluxo de vendedores ambulantes.

A questão do mercado foi meio que liberado. Tu até podia vender por fora, mas não podia ser nada do que a CBC vendia. Tinha umas mulheres que faziam compota, doce de figo, marmelada... elas vendiam (sic, Trabalhador 7).

Quando foi privatizada novamente, desta vez para os funcionários, as poucas “regras” que restavam não interferiam no comércio. Segundo o Gestor 1, na ocasião do leilão, em função de todas as construções das vilas pertencerem à CBC, a empresa possuía muito capital imobilizado, o que afastava o interesse das empresas qualificadas para a compra, sendo um

¹⁰Destaca-se, para ilustrar o exposto, o Armazém de Vilmar Pereira, que funcionava onde mais tarde seria o Clube dos Engenheiros, e o consultório odontológico do Dr. Dinarte Rodrigues de Freitas. Ambos não possuíam relação com a empresa, mas ofereciam seus serviços à população local.

fator que permitiu a ideia da compra por quem já habitava o espaço. O mercado, nesta época, já não pertencia mais à CBC, que acabou concedendo à rede Trevisan o espaço e a liberdade de negociar os mais diversos produtos. Nesta fase muitas pessoas já possuíam pequenas lojas em suas casas.

Até mesmo a segregação hierárquica, característico da segunda fase, se mostra diferente. O antigo Clube dos Engenheiros passa a se chamar Clube Minas do Camaquã. O camarote do cinema agora permitia acesso à quem pudesse pagá-lo, não mais exclusivamente à diretoria ou aos convidados do diretor. Nos termos de Rodrigues (1998), uma realidade mais dinâmica pode ser verificada.

A abertura para outras formas de expansão econômica, segundo muitos entrevistados, foi o que possibilitou a permanência de muitas famílias nas Minas do Camaquã depois que a empresa fechou. “*Eu já tinha meu negócio, daí dava pra ficar se mantendo*” (sic. Trabalhador 2, 2022); “*Eu tinha um campinho ali fora e mais a casa aqui na Mina, daí vendia pra quem tava aqui*” (sic. Trabalhador 6, 2022).

Apesar dos traços de uma *company town* terem se mantido até o fim da mineração, a abertura do modelo pode ter sido, finalisticamente, uma das causas para que as três vilas restantes não virassem “cidades fantasmas”.

Uma cidade fantasma, segundo Schneider (1983) é resultado do desaparecimento repentino da indústria e da impossibilidade de substituí-la. O termo é muito comum na designação de núcleos urbanos evadidos após o fim de explorações minerais. Seu uso, para o caso estudado, desqualifica o que hoje se encontra de fato em Minas do Camaquã. O núcleo urbano ainda existe apesar de ter decaído 92% se comparado ao apogeu. Aos poucos, novas construções vão dando uma poliformia que contrasta com a padronização marcial das antigas habitações. A diminuição, dia após dia, do monocromático das residências atesta uma pequena cidade “viva”. Entretanto, de fato, há um “fantasma”. Esse fantasma habita as memórias daqueles que viveram o “tempo da Mina”, e ao evocá-lo demonstram saudade. São flashes de presentes, concessões, agrados, relações de proximidade, ordem, segurança e lazer. Não houve entrevistado que não tenha feito menção a algum aspecto paternalista da CBC.

4. PATERNALISMO

O paternalismo que é possível identificar entre o empregador (seja personalizado na figura do patrão ou seja da empresa enquanto corporação) e o empregado, entende-se como uma forma de gestão. Ronald Dworkin foi um dos primeiros teóricos que deu ao conceito a

conotação crítica que a ele é atribuída no Ocidente, onde uma ação paternalista trata-se de uma “interferência na liberdade de ação de uma pessoa justificada por razões que se referem exclusivamente ao bem-estar, bem, felicidade, necessidades, interesses ou valores da pessoa que está sendo coagida” (DWORKIN, 1972, p. 65, tradução minha).

Segundo Dworkin, o paternalismo - para assim ser chamado - deve 1) limitar a liberdade do sujeito, 2) ser executado sem o consentimento do sujeito e 3) ser executado com uma intenção benéfica.

Se voltarmos para a segunda fase da CBC, período em que podemos afirmar o início de um projeto de aproximação entre o capital e os trabalhadores e seus dependentes, a relação que se estabelece entre a empresa e a população, nos termos de Dworkin, é paternalista. Ao discutir o modo como as benesses são executadas, muitos mineiros indicam complacência e gratidão: “*A CBC era uma mãezona*” (sic. Trabalhador 8, 2022)

Se analisarmos por meio da etimologia - *pater* - há uma hierarquia social implícita, que não possui somente uma via, e que não só demonstraria controle mas também responsabilidade na condução. Thompson afirma que no paternalismo há uma “relação mutuamente consentida; o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” (THOMPSON, 1998, p. 29). Tal perspectiva suscita pensar o paternalismo não só como uma “pirâmide senhorial”, mas também como um círculo (ou circuito) de relações de dependência.

4.1. CIRCUITO DO PATERNALISMO

Apesar de José Sérgio Leite Lopes se referir à “personalização patronal”, pode-se descrever diversos paralelos entre o paternalismo que, à partida, identifica-se nas Minas do Camaquã e o paternalismo identificado no caso do Sistema Paulista, na obra “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”. É exemplo a significância dada à casa da vila operária, como um “presente”, que por fim é elemento de interiorização pelo próprio grupo dominado da dominação a que está submetido. Soma-se a isto as “concessões anexas às casas, abundância de emprego e garantias materiais necessárias ao ato de morar” (LOPES, 1988, p. 120). Esse entendimento pode ser ampliado a partir de Thompson, que entende que o paternalismo envolve “implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor; confunde o real e o ideal” (THOMPSON, 1998, p. 32). Apesar de muitos

estudos¹¹ identificarem as relações paternalistas exclusivamente como uma forma de dominação, Thompson vai além. Em sua obra ele acaba definindo a relação entre a *gentry* e os trabalhadores pobres na Inglaterra do século XVIII como "paternalista", mas presume que há, por parte de quem exerce a influência, junto a um propósito de dominação e controle, uma preocupação genuína com o objeto da ação, ou seja, é como se o proprietário também tivesse um compromisso com a classe trabalhadora, quase que uma relação de obrigação de retribuir, semelhante a "dádiva" dada por Mauss (2003). Com isso, há a necessidade de pensar as ações de Francisco Pignatari, por exemplo, para além do utilitarismo, levando em conta a possibilidade de ânsia por gratidão e aceitação.

Tal sentido pode ser encontrado em autores como Kirchner e Nicholas, da chamada "sociologia da empresa". Ferreira (2008) pontua que o desenvolvimento da sociologia da empresa especialmente a partir da reestruturação produtiva, passou a ver a empresa não somente em seu aspecto externo, mas como um espaço de criação de regras e dinâmicas de socialização próprias. As ações e valores benevolentes apresentados pelas empresas partem de diferentes motivações que se imbricam/mesclam ao objetivo econômico. O dar e receber conveniente para a manutenção do elo empregado-empregador ocorre de modo quase ritualístico. Tal perspectiva dos vínculos é o que parecia acontecer em Minas do Camaquã, especialmente na segunda fase da CBC, pois as benesses se davam sem retorno econômico direto e fora da lógica capitalista moderna que deveria racionalmente operar o "estado das coisas".

Os autores da Sociologia da Empresa, não raramente secundarizando os conflitos e formas de controle e dominação do modelo, destacam que as corporações vão, "além do lucro econômico, a empresa fabrica emprego, tecnologia, solidariedades, modos de vida e cultura. É um espaço de integração, socializador, com seus próprios valores, e em contínua interação com a sociedade" (*apud* Ferreira, 2008, p. 38).

Para Max Weber nem tudo era em função da economia, e a ação social poderia ter diversos fins. Há valores e os indivíduos atuam também pelos seus valores. Pignatari, ao que parece, por ser mais conhecido do que suas próprias empresas, tinha um agir tanto mais em seu nome, do que em nome da empresa. E quando em nome da empresa, em muitos casos,

¹¹ Exemplos: COWIE, Sarah E. Industrial capitalism and the company town: Structural power, bio-power, and identity in nineteenth-century Fayette, Michigan. **The University of Arizona**, 2008; e BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana. **Company town: labor, space and power relations across time and continents**. Palgrave Macmillan, Nova York, 286 páginas. 2012.

não havia retorno financeiro direto como se esperaria de uma ação utilitarista (ou de demagogia patronal).

Alguns relatos e fatos históricos que se desenrolam entre 1960 e 1974 tratam de exemplificar. Certa vez, Pignatari fez uma doação de livros à biblioteca do Colégio Católico “Santíssimo Nome de Jesus” de Caçapava. O Círculo de Pais e Mestres renomearam a biblioteca com seu nome, e em contrapartida Pignatari uniformizou a banda e a levou para performar em São Paulo. Em termos gerenciais, nem a escola, nem os pais e estudantes guardavam relação com suas empresas.

Alguns periódicos publicaram matérias elogiosas a respeito de ações de Pignatari. Os "homens públicos" da década de 50 e 60, entre eles, Assis Chateaubriand, não economizaram palavras ao aludir ao "Playboy" e sua esposa como "aristocratas do povo":

A senhora Pignatari não só vive mordida de preocupação pela sorte dos trabalhadores das usinas no marido, interessada até em detalhes pelas condições de trabalho e existência de cada um deles. [...] O Senhor não se enganou pondo nas mãos de um casal dessa estirpe, os recursos para que ambos exercessem, no seu meio, em todos os sentidos, com poder industrial, também um mecenato. Há capitães do comércio e da indústria, entre nós, que ocultam no fundo d'alma o egoísmo feroz e frio do celerado. [...] As organizações Pignatari patrocinam um programa de televisão cujo custo mínimo anual é da ordem de sete milhões de cruzeiros. Não se faz um anúncio de Pignatari. Não se recomenda um produto de suas fábricas. (CHATEAUBRIAND, Jornal “Diário de Notícias”, 1956)

Entretanto, não se pode abandonar por completo o interesse do empresário em seus lucros. A tentativa da CBC em minorar os gastos com as concessões não exime Pignatari de, em momentos, configurar aquilo que Segnini (1996) chamou de “homem Bradesco”, ou seja, a caridade utilitarista. Em relatório de 1972, assinado por Pignatari, encaminhado ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, o industrial faz uma densa descrição da “organização de proteção social” que abrangia os integrantes da CBC. O relatório apresenta os resultados dos serviços oferecidos à comunidade.

[...] dada a localização da comunidade, afastada de centros urbanos, todas suas necessidades tiveram que ser atendidas pela CBC, que ao iniciar as atividades em 1942, encontrou a população vinculada à área de operações em precárias condições de vida. (CBC, 1972, p. 2)

Ao longo do relatório, são descritos os serviços de habitação, água, energia elétrica, transportes, abastecimento, recreação, educação/civismo, urbanização e assistência médica/odontológica/farmacêutica que são oferecidas aos trabalhadores e seus dependentes. Foi frizado o fato das medidas de proteção social postas em práticas terem sido custeadas com recursos da CBC, que não só teria deixado de auferir lucro na prestação dos serviços, como

ainda absorveu boa parte dos custos operacionais. Entretanto, há uma exceção, quanto ao custeio que ocorre com a assistência médica, cujos gastos tiveram cobertura parcial do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir de 1968, em decorrência de convênio realizado pela CBC com o órgão. Desde o INPS até a formação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a prestação dos serviços de saúde era organizada pelo Estado por três subsistemas: o próprio, o contratado e o conveniado. O INPS (criado em 1966) depois, o Inamps (criado em 1974 e extinto em 1993) operavam basicamente através de convênios com a rede privada ao invés de investir na ampliação e qualidade da rede própria de serviços¹².

Em 1979 os convênios entre empresas e o INPS são extintos, mas a legislação garantia a dedução do imposto de renda dos gastos de saúde das empresas com seus empregados, que são integralmente considerados gastos operacionais, modelo vigente até hoje (MENICUCCI, 2007).

No caso da CBC, a manutenção de medidas de proteção social acarretou à empresa, no ano de 1971, um dispêndio de Cr\$ 1.151.759,96, tendo sido coberto pelo INPS, através de taxa de retribuição fixada no convênio, o valor de Cr\$ 243.913,93, ou seja, 21% do total despendido. A taxa de retribuição fixada no convênio com o INPS, na data do relatório, corresponde a 5% do maior salário mínimo por empregado e mais Cr\$ 41,11 por atendimento de acidente de trabalho. O relatório, apesar de objetivo, possui um propósito de, por meio do Ministro do Trabalho e Previdência, garantir a fixação da taxa de retribuição em um valor maior:

Considerando o pesado ônus suportado pela empresa com a prestação de assistência médica, pretendeu ela, em 1970, conseguir novas bases de retribuição. Expôs a situação à Superintendência do INPS, no Rio Grande do Sul, que nada fez. (CBC, 1972, p. 11)

E segue, reforçando o alinhamento de intenções :

É indiscutível o alto alcance da política consistente na realização de convênios com empresas, como vem sendo feito pela Previdência Social. Uma das primeiras preocupações do governo, após a *Revolução de 1964*, no campo da previdência social, foi a de aprimorar serviços, principalmente os de assistência médica. (CBC, 1972, p. 11, grifo meu)

E conclui conforme trecho final extraído:

¹² De acordo com o estudo de Hésio Cordeiro sobre o setor privado, as internações nos hospitais próprios da Previdência, que já representavam uma parcela ínfima do total, 4,2% em 1970, minguaram ainda mais. Em 1976, eram de 2,6%. Os 41 hospitais do Inamps fizeram 253 mil internações frente aos 6,28 milhões do setor conveniado em 1978. Nesse ano, o privado respondeu por 53% das consultas médicas pagas pelo Inamps.

Tem a Companhia Brasileira do Cobre certeza que Vossa Excelência, com o alto espírito de justiça que lhe é peculiar, compreenderá o profundo significado social do assunto em foco e assim respeitosamente requer: Fixação de nova taxa de retribuição no Convênio celebrado entre o INPS e a postulante, de molde a indenizar essa dos gastos que vem despendendo na assistência médico-hospitalar proporcionada em Minas do Camaquã. (CBC, 1972, p. 15)

Figura 19 -Funcionários seguram a foto do patrão em trajes de árabe



Fonte: Revista “Manchete” (1977)

Segundo respostas à entrevista, os trabalhadores desconheciam esses convênios. Os relatos colhidos remetem à múltiplas pistas de como era encarada às benfeitorias que o patrão oferecia¹³. Se por um lado, para uns, lhes eram caros os presentes e festas, para outros era a proximidade do patrão. “[O senhor pegou a época do Pignatari. O senhor chegou a conviver com ele?] *Sim. As festas, os churrascos, as bebedeiras! Ele ia em muitas. Ele contava as histórias dos cassinos dos Estados Unidos que ele ia.*”(sic. Trabalhador 4, 2022). Outro entrevistado, relata uma interferência do “poder”, a favor “de quem tinha menos”:

¹³ Cabe aqui assinalar uma conclusão a partir das respostas dos entrevistados: na segunda fase da CBC todas as concessões são personalizadas (“as festas do Pignatari”; “o Pignatari dava”; “o Pignatari permitia”; etc.); na terceira e quarta fase as concessões não eram relacionadas ao administrador (que assumiu virtualmente o papel do patrão), e sim à empresa (“a empresa não cobrava”; “a CBC construiu”).

Ele tinha um jeito que ‘saía’ por quem tinha menos e não admitia destratamento. A vez do Nadico foi bem isso. Já ouviu falar dessas história? [Já, mas gostaria que o senhor repetisse] Tá. O ano eu não vou lembrar, mas tava o Nadico sovando barro pra aumentar a casa por causa dos filhos que tava aumentando, e ele disse pra parar com aquilo aí ele foi na administração e ordenou que queria ver uma casa construída até ele ir embora. (sic. Trabalhador 5, 2022)

Ele era um homem bom e ajudava bastante o trabalhador né, só que tinha que ser tudo do jeito dele. Por muito pouco ele já mandou engenheiro embora porque o poder tinha subido pra cabeça. (sic. Trabalhador 6, 2022)

A distribuição de presentes de Natal às crianças dos operários é um dos episódios que é descrito por muitos deles com detalhes:

Vinha o avião forrado de brinquedo. Teve uma vez que o tio veio lá de fora pra pegar o brinquedo pro meus primos, não sei quem fazia o controle, mas ninguém ficava sem. Eu lembro que o último brinquedo que eu ganhei foi um submarino azul (sic. Trabalhador 5, 2022).

Aí fizeram duas filas, uma de guri e outra de guria. Os guris ganharam um carrinho e as gurias uma boneca, depois se dava a volta e cruzava por uma mesa onde ganhava um saco cheio de coisa... tinha bala, pirulito, mirabel (sic. Trabalhador 9, 2022).

Por ocasião da gravidez das esposas dos operários, estas ganhavam enxoval, e muitas vezes a Regina, esposa de Pignatari, escolhia até o nome da criança que ia nascer, ou já havia nascido. Um relato que atesta essas “proximidades” com os operários é a história contada sobre o “Cobrão”, um morador que tinha problemas mentais, era protegido por Pignatari, que era chamado por ele de “padrinho”. Se tornou, com o tempo, figura conhecida e muitos o trazem em suas memórias:

O cobrão uma vez ganhou um capacete branco do Pignatari [os capacetes brancos eram reservados somente para quem trabalhasse na direção], e Deus o livre se alguém tomasse aquele capacete. O Cobrão andava pra lá e pra cá com aquele capacete, até que um dia um engenheiro tomou dele, de certo achava que não ia dar nada, aí na mesma hora o cobrão foi berrando até a casa do Pignatari. Pois ele mandou chamar o engenheiro e quase demitiu e fez ele pedir desculpa pro Cobrão (sic. trabalhador 9).

Havia uma simbologia que transcendia o sentido prático das cores do capacete. Trabalhadores de classes mais altas usavam capacetes brancos (engenheiros e geólogos), classes mais baixas usavam marrom ou preto (almoxarifado ou limpeza). Entre eles havia inúmeras cores (amarelo, laranja, verde, azul, etc). Havia o sentido de organizar visualmente os agentes do espaço de trabalho, mas criava com isso uma marca para a relação de poder, simbolizada pela detenção de determinado capacete. Funcionavam como “códigos da casa”. Com relatos como o anterior, é possível perceber a sobreposição do interesse do dono, sobre a rigidez hierárquica da empresa. Somente a “figura paternal” poderia romper com o sistema

dos capacetes. “*A palavra dele era lei*” (sic. Trabalhador 4, 2022). Não foi relatada nenhuma interferência na hierarquia por Anawate ou algum outro administrador subalterno em outras fases da CBC. O que parecia haver na fase BNDES da CBC em diante era um processo de arrefecimento da relação patrão e trabalhador. A relação se tornou “protocolar”. O “apadrinhamento”, mesmo que na forma de pequenos gestos, não parece marcar o novo paternalismo, conforme se pode observar nestas explicações:

Eu era noivo, trabalhava na escola e morava no alojamento dos professores. Logo que eu casei, já tinha a mobília que meu pai me ajudou a comprar mas não tinha a casa ainda. A CBC tava ‘embromando’ e eu queria nem que fosse uma das coletivas, eu não me importava, eu só queria uma casa. Ai fui no escritório e falei com o ‘Seu’ Camilo, expliquei e disse que se fosse caso de falar com alguém, quando o Dr. Anawate viesse eu podia falar com ele e explicar a minha situação... Meu Deus! Pra que foi...! Parecia que eu tinha dito o maior absurdo! Ai ele: ‘Não! Não! Não precisa falar com o Anawate! Espera um pouquinho que eu vou dar um jeito.’ (sic. Entidade 3).

Podemos caracterizar o distanciamento de Anawate¹⁴ como um distanciamento típico de um burocrata. Apesar das idas de Pignatari às Minas do Camaquã não serem tão frequentes, o que se só se esperaria de alguém que lá mesmo morasse, ainda era mais frequentes do que as visitas de Anawate, que trabalhava na sede da CBC em Porto Alegre.

Figura 20 - População de Caçapava aguarda a chegada de Pignatari em frente a Igreja Matriz. Foto de 1970.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

¹⁴ Não se pode negar o perfil político de Anawate. Antes de presidir a CBC, ganhou a confiança de Kurt Johannpeter do Grupo Gerdau. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Secretário de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, Secretário dos Transportes.

Figura 21 - Crianças jogando ping pong com Pignatari. Foto de 1971.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 22 - Pignatari descerra sua foto afixada na biblioteca do Ginásio S.N. de Jesus. Na época, recebeu o título de cidadão caçapavano. Foto de 1971



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figuras 23 e 24 - Dia de distribuição de presentes de Natal para as crianças. À esquerda, Regina. Fotos de 1971.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 25: Cobrão em um baile no Cine Rodeio. Foto de 1975.



Fonte: CEMAMC (2017)

Figura 26 - Eva Borba exibe foto de Pignatari matéria sobre o “seu patrão”.



Fonte: Revista “Manchete” (1977)

O paternalismo, enquanto circuito, necessita que haja “ligações” para a manutenção de sua própria existência. Romper o circuito altera a regularidade estabelecida. Thompson (1998, p.40) identifica algo semelhante na ocasião das transformações do século XVIII nas relações de trabalho entre os servos e os senhores da Inglaterra. Com a emergência de formas “mais livres” de trabalho, os senhores consideraram inconveniente manter a reciprocidade e as responsabilidades paternais. Por outro lado os servos “se agarravam à imagem do homem livre” e ao mesmo tempo reivindicavam “o melhor do mundo antigo” (bens, casas, concessões, proteções, etc.). Pelo fatos dos servos não receberem mais aquilo que garantia as deferências, em pouco tempo os senhores se depararam com o rompimento da “lei da subordinação”: “os trabalhadores, apesar da paga em dobro, são atrevidos, rebeldes e miseráveis”(Ibidem, p.41).

4.2 A BATUTA DISCIPLINAR E O EFEITO MORAL

Thompson (1998) via no paternalismo uma via de construção de vínculos de dependência baseados numa certa moralidade; Jorge Street, o “industrial socialista”¹⁵, conhecido pelas medidas de proteção aos operários, expunha em suas ideias sociais:

[...] conhecendo, como prezava de conhecer, a mentalidade e a cultura de nosso povo, eu entendia que deveríamos até melhores tempos passar por um período intermediário, em que nós patrões servíssemos de conselheiros e guias, sem que a meu ver isso constituísse uma tutoria pesada ou inconveniente aos nossos auxiliares de trabalho. (STREET apud FILHO, 1980, p. 448)

Pignatari, enquanto *playboy* do *jet set* nacional, seria adverso ao que esperar-se-ia de um tutor moral de seus funcionários. Entretanto, há uma espécie dupla figura encarnada em uma mesma pessoa. Por um lado um herdeiro *bon vivant*, e de outro um homem de negócios preocupado com seu conglomerado empresarial. Apesar de magnatas excêntricos estarem nas principais manchetes dos anos 60 e 70, os tabloides paulistas, pelo que indicam as entrevistas realizadas, não chegavam integralmente nas Minas do Camaquã (o que se espera de lugares geograficamente isolados). Entre “*o que acontece lá em São Paulo*” e “*o que a gente sabe aqui na Mina*”, é como se houvesse uma purificação dos atos de Pignatari em favor da garantia de ser o dono e de merecer respeito.

¹⁵ BARBOSA, Pedro Paulo Lima. Projeto industrial e social em Jorge Luís Gustavo Street: tensão e conflito em uma prática de conciliação entre capital e trabalho (1904-1936). **Dissertação de Mestrado**, PUC-SP, 2009.

Foi possível perceber que as “peripécias”¹⁶ de Pignatari chegavam às Minas do Camaquã muito mais como histórias divertidas sobre o patrão, do que como desvios éticos. Alguns recortes de falas tanto de administradores subalternos, quanto de mineiros, atestam uma postura do patrão nas visitas de Pignatari aos postos de trabalho: “*ele ficava bem sério*” (sic. Trabalhador 4, 2022); “*na festa ele ria e papeava, mas no serviço era ‘curto e grosso’*” (sic. Trabalhador 5, 2022); “*ele entendia um pouco daquilo, por isso falava só o que era necessário, uma vez ele foi na usina e me perguntou quantos litros de óleo cada motor usava por hora*” (sic. Trabalhador 6).

Pignatari não era um “carcamano” como seu avô, ou seja, um italiano que ficou rico mas continuava “grosso” como quem “não sabia ser rico”¹⁷. Pignatari, por ser *playboy*, sabia se autopromover na “alta sociedade”. Mas para além do homem de fortunas queria imprimir uma visão de empresário que sabia conduzir suas empresas e a relação com seus funcionários. Tal postura é o que se esperaria no modelo de industrialização do Brasil a partir dos anos 20, como esclarece Margareth Rago:

[...] o trabalhador moderno, higiênico e produtivo, deveria corresponder, na nova fábrica, racionalizada e apolítica, a figura do novo industrial, dinâmico e educado, que se relacionaria dignamente com seus empregados e em cuja propriedade já se teria superado o “antigo problema” da luta de classes (RAGO, 1997, p.36)

Figura 27 - Pignatari e o Gen. Breno Borges Fortes em visita à construção do Novo Engenho. Foto de 1970



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

¹⁶ Além dos quatro casamentos, casos de infidelidade e do sequestro da princesa Ira von Furstenberg, Pignatari acumulava processos judiciais em função da dinamitação de uma barragem para fins de alagamento de uma fazenda (pois o proprietário não queria vendê-la), e do descarregamento de um caminhão cheio de galinhas em um clube baiano que o impediu de entrar por não ser sócio.

¹⁷ Informação oral extraída de conferência do Sociólogo José de Souza Martins, “*Francesco Matarazzo: A reinvenção da acumulação capitalista nas ruínas da escravidão*” Realizada na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) em julho de 2013.

Figura 28 - O rei do cobre proativo.



Fonte: Jornal “Diário de Notícias” (1965)

Figura 29 - Um empresário sem escândalos.



Fonte: Revista “Intervalo” (1972)

Em figuras excêntricas como Pignatari, ou Street, que incorporam o dono que “para falar com o trabalhador”, se assume, por analogia da família, a personagem paterna “que cuida” e que está presente nos relatos dos trabalhadores sobre suas vidas nas fábricas e fora delas. Os laços afetivos desempenhavam um papel psicológico na dinâmica social da empresa como uma forma de personalização da burocracia que atende a certas necessidades materiais e psicológicas por parte dos trabalhadores e que é consistente com a dominação capitalista do processo de trabalho. É uma assimetria de poder (exploradora, por um lado), impregnada no nível psicológico com deferência e lealdade, fundamentadas em um sentimento familiar.

A contenção dos trabalhadores não se deu somente via conquista pessoal. Havia instituições na CBC de Pignatari que tinham a função de garantir a ordem e moldar empregados “dóceis” à empresa. A guarda patrimonial e as sirenes anti furto são exemplos. Como não havia policiamento, a Guarda realizava um trabalho de monitoramento e aplicação de sanções a algum funcionário intrépido (como os *mouchards*, descritos por Eckert (2012), em *La Combe*). Próximo ao antigo escritório havia uma construção de responsabilidade da

guarda, com um cômodo de janelas altas e uma ante-sala (cela e guarita, por analogia). Nessa construção “*deixavam um dia no máximo quem bebia demais ou aprontava algo. Se ficasse ali era como se fosse estar de gancho e acabava perdendo o dia de serviço*” (sic. Entidade 1, 2022).

A guarda não era polícia mas agiam pior que polícia.... o que eles faziam não era brincadeira, se provaíam. A CBC dava autonomia pra eles. Eles colocavam uma fardinha daquelas e eles eram a lei (sic. Trabalhador 4, 2022)

Se as mulheres brigassem e chegasse nos ouvidos do Pignatari, ou da guarda, no outro dia estava chegando um caminhão de mudança na tua casa pra tirar as coisas. (sic. Trabalhador 3, 2022)

[Alguém reclamava? Entre os funcionários se conversavam sobre esse tipo de tratamento?] *Conversar até podia conversar, mas tu não tomava nenhuma atitude. Naquela época qualquer coisinha que tu fizesse tu ia pra rua* (sic. Entidade 1, 2022)

A assimilação de práticas e hábitos balizadas por uma correção moral imprimiu um código consuetudinário. Criou-se uma espécie de *ethos*. A supervisão extra-mina de Pignatari gerou uma rotina que era reproduzida pelas famílias dos trabalhadores, e perdurou para além de 1974. Em entrevista, quando questionado sobre o “comportamento” das pessoas nas vilas depois que a supervisão de Pignatari é substituída pela administração estatal, um trabalhador relata que “*o pessoal meio que aprendeu, sabe. Todo mundo não fazia nada de errado porque não podia. Nem tentava. Todo mundo acostumou a andar na linha*” (sic. Trabalhador 2, 2022). “*No tempo do Pignatari era bom, não vou dizer que não, mas a coisa era quase uma ditadura. Até pra trazer uma quitanda se tivesse no mercado não podia*” (sic. Entidade 1, 2022).

5. CLASSE, CONDIÇÕES DE VIDA E A MEMÓRIA “DAQUELA ÉPOCA”

A partir da definição de Thompson na obra “A formação da classe operária Inglesa”, entende-se que classe social é uma relação histórica que acontece “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10).

No caso das Minas do Camaquã pode-se pensar nos inúmeros espaços de lazer para os trabalhadores que eram divididos entre os “mais qualificados” e os “menos qualificados” (“Clube dos engenheiros” e “Clube campestre”; camarote do cinema e assentos baixos; as cores dos capacetes, etc.). A classe estava para além do trabalho, mas em seu cotidiano. A

existência de identidades de classe no caso de Minas do Camaquã já foi objeto de estudo nas pesquisas historiográficas de Jader Nogueira (2012). Ao estudar as “identidades em comum”, ele conclui que há, a partir das relações de trabalho, uma distinção entre “mineiros” e “engenheiros”. Segundo Nogueira,

[...] é necessário entender que as identidades formadas entre os trabalhadores das Minas do Camaquã são oriundas principalmente pela necessidade de trabalho. É nesse meio se expande e se fortalece a identidade do mineiro e do engenheiro. Por exemplo, os laços de amizade e dissenso criados entre esses trabalhadores, por atuarem em atividades com um alto nível de insalubridade e periculosidade, acarretavam em uma maior união e animosidade entre eles. No caso dos mineiros, a satisfação na obtenção de um trabalho para manter o sustento familiar também gerava a identificação desse grupo de profissionais. (NOGUEIRA, 2012, p. 190, grifo meu)

Como aponta Thompson (1987), pensar em classe somente como categoria ou como estrutura é negar a fluidez inerente de um fenômeno histórico e que é um “processo”. Podemos reconhecer a existência de dois grupos em clara distinção - mineiros e engenheiros - mas o que concerne “ser mineiro” ou “ser engenheiro” não é estático pois outros grupos compartilham experiências e alteram como os trabalhadores e os gestores se reconhecem. Podemos exemplificar isso ao se questionar os resultados da intervenção, ou não, da “força do proprietário” ou “da maior voz”: a existência de um único patrão ou dono poderia influenciar como os engenheiros se veem e quanto eles são os responsáveis pelas escolhas que se dá no ambiente de trabalho? Uma vez que no organograma da empresa logo após a presidência, está a área técnica (e em situação de mineração, os engenheiros são maioria desse grupo), logo, a tendência dos engenheiros ascenderem aos encaminhamentos e à gestão parece ser maior, tanto graças poder econômico, poder simbólico e peso regimentar.

O “ser” de uma classe ou outra está implícito nas condições de vida e valores rotinizados (THOMPSON, 1998), que relaciona-se com o saudosismo (sentimento causado pela ausência da pretérita rotina), proeminente nos relatos dos trabalhadores que ainda residem em Minas do Camaquã¹⁸. O apego que trazia consigo levou um entrevistado a se emocionar. Nas entrevistas se referiam uns aos outros pelos apelidos da época em que trabalhavam juntos¹⁹.

¹⁸ Eventos como o Encontros dos Mineiros (realizado anualmente para reunir antigos funcionários das minas de cobre e suas famílias) e a CEMAMC (Confraria dos ex-moradores e amigos das Minas do Camaquã) atestam o apego ao passado.

¹⁹ O ambiente de trabalho, apesar de conter tensões e riscos, muitas vezes era lembrado como um espaço divertido. Os entrevistados contaram histórias das sabotagens que faziam uns aos outros e das origens de alguns apelidos, que se baseavam em deslizes cometidos pelos colegas. Chamavam um deles de Mortadela. Este apelido surgiu em uma roda de conversa durante o expediente. Vários operários traziam como pauta suas frutas preferidas. O indivíduo em questão, ao chegar sua vez de dizer quais frutas preferia, confundiu-se e disse que

Sennett (2012) refletiu sobre essa sensação de estarem, os trabalhadores, à deriva quando vivenciam uma mudança na organização do trabalho, sob a aparência de maior liberdade. Não seria valorizar condições precárias de trabalho, mas refletir que em tempos de flexibilidade, o trabalhador fica “solto”, sem condições de construir uma história coerente para si. Aspectos como a carreira e a aposentadoria na mesma empresa, perdem o sentido na cultura organizacional contemporânea, fazendo com que os trabalhadores, por vezes, se abracem ao passado e preservam a história pessoal através da rememoração dela. Harvey (1992) também aponta para a dificuldade de abandonar o passado, e por isso, se exalta-o. Os apontamentos de Richard Sennett (2012) colaboram na reflexão sobre a valorização demasiada do passado, mesmo por trabalhadores que tiveram outras experiências de trabalho após o fechamento das minas, e afirmam não terem tido experiência melhor do que aquela onde foram condicionados ao regime da CBC.

5.1. A MORADIA

Nos estudos de antropologia social a partir da La Grand-Combe, na França, Cornelia Eckert (1992) demonstra que em seu caso de estudo a segregação por meio da moradia operária seguia critérios étnicos. Em Minas do Camaquã os critérios eram a função que ocupava o funcionário e o “tempo de firma”, ou seja, se uma casa “melhor” desocupasse e dois funcionários do mesmo posto estavam aptos, mudava-se aquele que mantinha um histórico maior.

A moradia gratuita é um dos elementos que aparece nos relatos sobre os “benefícios sociais” da CBC. Nos últimos anos da Companhia, era cobrado um valor irrisório, pois, segundo um gestor *“ficava complicado tirar os empréstimos junto ao governo sendo que pra manter a vila era caro. Tínhamos que cobrar alguma coisa em cima”* (sic. Gestor 3).

A estratificação territorial seguia uma racionalização semelhante a uma escadaria. Os degraus superiores continham as casas dos administradores, logo abaixo o degrau dos engenheiros e geólogos sem função administrativa, depois os encarregados e chefes de setores de apoio, e no restante da escadaria muitas habitações de tipos distintos de qualidade para os mineiros. Essa lógica é aplicável à Vila São Luiz. Demais vilas são praticamente homogêneas na sua unidade, mas guardam distinções entre elas. Todas contavam, em maior ou menor

gostava de maçã, uva e mortadela. Foi questionado se os engenheiros tinham apelido. A resposta foi negativa. Geralmente eram conhecidos só pelos sobrenomes (ex: Zonta, Amaral, Pavão)

grau, com serviço de manutenção urbana (ruas, canteiros, praças e iluminação). Ronchi e Lobato sintetizam:

A implementação da mineração em escala industrial se fez acompanhar da montagem de uma infra-estrutura urbana, que está na origem do surgimento da pequena cidade próxima às minas, administrada pela própria CBC. As visitas frequentes de Francisco Pignatari e o seu empenho e interesse pelas condições da localidade são lembrados por alguns moradores. A casa por ele construída no ponto mais alto da área que compreende a vila é conservada até hoje. Abaixo, sucessivamente, compondo diferentes patamares, dispunham-se as casas dos engenheiros e encarregados, dos funcionários burocráticos e técnicos e, mais abaixo, a dos operários. O ‘tempo do Pignatari’ é evocado como a época dos bailes no clube, das sessões no Cine Rodeio, dos banhos no balneário do arroio João Dias, do embelezamento da vila (RONCHI e LOBATO, 2000, p. 42).

Além das casas haviam alojamentos para engenheiros, professores e mineiros. Os tipos mais simples de casas eram as Coletivas. Eram, na realidade, dois complexos habitacionais horizontais construídos em 2 vilas, onde cada um continha 80 residências. Até 1980, possuíam banheiro coletivo.

O aglomerado urbano das Minas do Camaquã foi se constituindo ao longo dos anos, a partir de 1942. No fim da mineração, a *company town* se dividia em 8 vilas: Vila São Luiz, Vila Santa Bárbara, Vila Uruguai, Vila Gravata, Vila Portofé, Vila Bom Jardim, Vila Bela Vista e Vila Satélite (vide mapa no anexo 1). A vila mais antiga que corresponderia a “*downtown*” é a São Luiz. Nela era concentrado o comércio e os serviços, além das residências dos funcionários de nível mais alto, incluindo a casa do diretor-presidente.

Das outras vilas, a única de destoava consideravelmente era a Vila Satélite, que começou a surgir somente na última fase da CBC, para cujo os moradores a empresa cedeu somente os lotes como compensação de terras desapropriadas. Com isso, as casas foram construídas pelos próprios moradores ou pela empresa Ferrari, que prestava serviços de maquinaria pesada à CBC. Esse assentamento adverso à urbanização harmônica do restante da *company town* gerou um preconceito com quem residia (e ainda reside) na vila Satélite. Ideias de desprezo foram relatadas:

[...] até agora a prefeitura não faz nada, mas pior é a Satélite... rua quase não tem, o que tem é uns caminhos. Eu sei por eu moro aqui, isso sempre foi assim. Se tá ruim lá ‘em baixo’ quem dirá aqui. No cemitério, ainda bem que ninguém que tá lá não vai precisar sair, porque se precisasse o mato não deixava (risos). (sic. Trabalhador 1, 2022)

Aquela vez da tempestade que destelhou tudo, tu lembra? Quando caiu a cruz e tal. Veio brasilít da Defesa Civil, e foi tudo primeiro pra São Luiz, não vinha nada. Depois que chiaram que foi pra vila Satélite. Eu não chiei porque graças a Deus lá casa não deu nada (sic. Trabalhador 7, 2022).

As vilas tinham suas diferenças. Na vila Uruguai era umas casas simples porque morava os mineiros mais simples, entende... é como se fosse a Satélite hoje em dia (sic. Gestor 1, 2022).

Retomando Lopes (1988), se por um lado a moradia é um recurso estratégico para o aliciamento do trabalhador, por outro pode ser instrumento de controle, como para evitar motins. As paredes finas das Coletivas, ou as casas geminadas onde “um vizinho cuida o outro” maximiza a correção da disciplina por “olhos” que não são os da empresa, mas dos próprios funcionários em autofiscalização.

Segundo levantamento de 1992, haviam 518 casas, sendo 45 de nível superior, destinadas a diretoria, engenheiros, geólogos e encarregados e o restante de nível operário, além de 158 quartos de alojamento para solteiros.

Figura 30 - Inventário das residências (alojamentos não estão no cômputo)

Nome da Vila	<i>Alvenaria Unifamiliar</i>	<i>Alvenaria Multifamilair</i>	<i>Madeira</i>	Total
<i>São Luiz</i>	79	79	46	204
<i>Uruguai</i>	02	34	0	36
<i>Santa Bárbara</i>	14	70	22	106
<i>Porto Fé</i>	0	10	0	10
<i>Gravata</i>	0	0	25	25
<i>Bela Vista</i>	0	0	105	105
<i>Satélite</i>	0	0	32	32
Nº total				518

Fonte: CBC (1992) adaptado por Silva (2008)

Em trabalho de campo, se percorreu as ruas das vilas ainda existentes, buscando observar atentamente as diferenças que existiam entre as casas e espaços destinados a um cargo ou outro. Em termos materiais, a diferença substancial reside no fato de umas casas serem unifamiliares e outras coletivas (à semelhança da dicotomia entre sistema de *cottage* e sistema de caserna²⁰). A ideia de “privacidade” é uma ideia que surge adaptada para a classe média. A casa ser de alvenaria ou madeira não guarda relação que possa ser considerada, pois a própria casa da presidência é feita de madeira. Os atributos secundários que qualificam as

²⁰ ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Boitempo Editorial, 2015.

casas são: o tamanho do pátio, a posição da casa - tanto no nível do terreno quanto em qual vila se localiza - e a qualidade das aberturas (ex: portas sem vidro, ou com “olho de gato”). Apesar destas diferenças citadas serem consideráveis para o bem estar de quem reside, as casas maiores e melhores não possuíam nada de sofisticado, a superioridade da moradia se dava no contexto em que se encontrava (no âmbito das vilas de Minas do Camaquã).

Foi relatado por um entrevistado que um familiar (pecuarista), a poucos anos, ao vender parte de sua propriedade rural, havia comprado uma das residências da rua 20 de maio, na Vila São Luiz. Esta rua, na época que as habitações pertenciam à empresa, era reservada a engenheiros. O entrevistado disse que o parente tinha virado “elite” e que havia proposto realizar a festa de aniversário da neta na nova casa “só pra poder se exhibir”. Este caso demonstra que há, intrinsecamente, um passado perene apegado à materialidade do regime modelar da vila. O ponto onde a residência se localiza no espaço geográfico do complexo habitacional, ainda significa muito para a população. O tipo de casa ainda representa um status que transpõe as simples dimensões arquitetônicas, pois carrega traços da classificação do antigo assentamento. A “ordem imaginada” da *company town* reverbera na forma de preconceitos e impressões cruzadas entre aqueles que há anos atrás eram segregados em espaços distintos de convivência.

Figura 31 - Vista parcial da vila São Luiz, em detalhe, a Casa da Presidência (1972)



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 32 - visão da Casa de Pignatari. Foto de 1974



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figuras 33 e 34 - À esquerda, o alojamento dos Engenheiros, e à direita um dos alojamentos para funcionários.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figuras 35 e 36 - Casas tipo geminadas, padrão para mineiros.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 37 - Casa unifamiliar padrão para encarregados.



Fonte: Acervo de Rosana Pereira (2013)

Figura 38 - Conjunto habitacional “Coletivas” da Vila São Luiz. Foto de 1970.



Fonte: Arquivo do autor (2022)

5.2. O LAZER

O lazer, ou “concessões acessórias à moradia” (LOPES, 1988, p. 191), eram oferecidas pela companhia em forma de espaços coletivos. A prodigalidade de “válvulas de escape” para as tensões do trabalho acompanharam a “abertura” da *company town*. Se antes o Cine Rodeio era cinema com camarote para os administradores, após a década de 80 podia ser alugado para eventos “de terceiros”. Se antes era o “Clube dos Engenheiros”, depois veio a ser o “Clube Minas do Camaquã”.

A respeito do cinema, cabe destacar que inicialmente, no início da década de 60, os filmes eram projetados na rua, mais precisamente na parede de uma casa. Somente ao final desta década é que foi construída uma sala para cinema e finalmente depois de algum tempo constituiu-se o Cine Rodeio, com projetor vindo de São Paulo. Os rolos dos filmes chegavam ou por ônibus, “ [...] e a molecada ia pra porta do bagageiro tentar ler nas caixas pra saber qual filme ia passar naquela semana” (sic. Trabalhador 2, 2022), ou Pignatari trazia no avião, sendo muitas vezes assistidos no Cine Rodeio antes mesmo de qualquer cinema de Porto Alegre. Segundo Ronchi,

Na praça central, o prédio do cinema ocupa lugar de destaque com linguagem que faz referências aos filmes de “velho oeste”. O nome “Rodeio” reforça a idéia da linguagem. Um grande galpão, com telhado de duas águas, fachada principal com frontão trabalhado com desenhos característicos de Far West norte americano, em madeira. O acesso principal é feito por porta vaivém lembrando os salons. O prédio desenha na paisagem uma situação totalmente insólita ou surrealista na sua relação com os prédios mais próximos. (RONCHI, 1998 p.65)

No Cine-Rodeio, assim como no caso das residências, a diferenciação dos ambientes em função da “classe” era eficientemente mais simbólica do que concreta, pois tal como se pode constatar nos registros fotográficos, o “camarote” do cinema tinha seu “luxo” baseado no fato de serem acentos individuais e estarem “no alto”. Os bancos comuns eram igualmente estofados e todos assistiam o mesmo filme com pipoca gratuita.

Outros elementos chaves da memória dos antigos trabalhadores quando se referem às coisas “que tinham” e não se tem mais, são: o Grupo Musical “Arco-Íris do Som” e o “Minerador Atlético Clube”. Ambos receberam incentivo pessoal de Pignatari.

[...] e também tinha o Arco-íris que era a banda particular da CBC. Tocava nas festas, no carnaval. O Pignatari deixava largar mais cedo os músicos pra ensaiarem. [Eles trabalhavam na CBC e tocavam no Arco-íris?] Sim, o conjunto era um serviço a parte. O Gentil, por exemplo, trabalhava no escritório e era o tecladista. Aliás, o teclado do Gentil o Pignatari trouxe de fora... foi o primeiro teclado elétrico do estado, algo assim. [O senhor uma vez falou sobre a música que eles tocavam, que o Pignatari gostava, qual era, mesmo?] Ah! Era Bandeira Branca. Música bem linda. Essa não podia faltar quando o patrão chegava no baile. (sic. Trabalhador 5, 2022)

O Minerador Atlético Clube foi fundado em 1954. A CBC dava apoio nos uniformes e nos gastos com as viagens para disputar campeonatos em outras cidades. A equipe se manteve viva até o ano de 1996, quando o êxodo dos moradores da comunidade, especialmente dos atletas que foram buscar trabalho e sustento em outras empresas, desmantelou o time. Além do Minerador, a CBC promovia campeonatos amadores entre os setores. Havia um campo de futebol e uma quadra de futebol sete.

Figura 39 - Interior do Cine Rodeio com vista do camarote. Foto de 1969



Fonte: Arquivo da CBC

Figuras 40, 41 e 42 - Complexo da Barragem, com quiosque e piscina flutuante. Fotos de 1972



Fonte: Arquivo da CBC

Figuras 43 e 44: Churrascos de dia do trabalho oferecidos pela CBC. Fotos de 1970 e 1971



Fonte: Arquivo de Severino Moreira

Figura 45 - Conjunto Musical Arco-íris do Som



Fonte: CEMAMC (2020)

Figura 46 - Minerador Atlético Clube. Foto de 1957



Fonte: Acervo de Martial Souza

5.3. A EDUCAÇÃO E A SAÚDE

Não se tem notícia de nenhum educandário em Minas do Camaquã anterior à primeira Escola construída pela CBC. Até então, a educação, especialmente a alfabetização, ocorria por meio de aulas particulares. Professores vindos de outras cidades hospedavam-se nas casas das fazendas nas circunvizinhanças, então durante um período o professor particular dava aulas utilizando algum espaço cedido.

A CBC garantiu a construção de uma escola, esta sendo mantida com recursos da empresa sem custos para a população. Os filhos de proprietários rurais do entorno eram permitidos de estudar, também sem custos.

A escola se localizava na Vila Luiz e era dividida entre o “Grupo Escolar Minas do Camaquã” (da 1ª a 5ª série), e o Ginásio Dr. Júlio Pignatari (6ª a 8ª série). Até o final dos anos 70 a CBC mantinha uma turma de MOBREAL para aqueles trabalhadores que quisessem se alfabetizar. Ao concluir a 8ª série os estudantes poderiam cursar o Ensino Médio na sede do município com transporte de ida e volta custeado pela CBC.

Com o crescimento do assentamento - consequência do crescimento gradual da empresa - mais vilas de caráter especificamente operário foram sendo criadas. Essas vilas abrigavam somente mineiros (“*que baixavam a mina*”). Tratam-se das vilas Uruguai, Gravata e a Belavista. Para tanto, foi criado o Grupo Escolar da Vila Uruguai na vila homônima em 1964²¹ e a transferência do Colégio Municipal Casimiro de Abreu, em 1990, da região das Guaritas para a Vila Belavista.

Em 1984, por meio de portaria do Conselho Estadual de Educação, os Grupos Escolares e o Ginásio se fundiram na Escola Estadual de 1º Grau Profª Gladi Machado Garcia. Em 1987, já com Ensino Médio, a escola passou a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º Grau Profª Gladi Machado Garcia²².

Um dos entrevistados estudou e trabalhou em Minas do Camaquã. Atualmente é reconhecido escritor tradicionalista na cidade de Bagé. Ao ser questionado sobre a influência da empresa nas escolhas que tomou depois que deixou de trabalhar, respondeu: “*Ah, eu sou muito grato. Com o conhecimento que eu ganhei na CBC, na área da elétrica, eu consegui passar no concurso da CEE em Candiota, e se hoje eu escrevo alguma coisa é porque fui muito bem alfabetizado*” (sic. Trabalhador 3, 2022)

²¹ Decreto nº 20933 de 22 de janeiro de 1964.

²² Atualmente esta escola funciona, oferecendo tanto Educação Infantil quanto Ensino Médio. Atende os moradores de Minas do Camaquã e dos distritos rurais de Santana da Boa Vista com transporte escolar pago pela Prefeitura. A partir de 2000, passou a denominar-se Escola Estadual de Ensino Médio Profª Gladi Machado Garcia. Possui até a data desta pesquisa 22 professores, 5 funcionários e 153 alunos.

Foram entrevistados dois professores, que discorreram sobre o dia a dia da Escola na Vila São Luiz. As memórias atestam uma segregação dos estudantes em função da atividade dos pais:

A escola funcionava nos três turnos e as turmas eram muito grandes. A organização era assim: tinham turmas 60 e 61, 70 e 71 e assim por diante. Nas turmas que terminavam em 1 estudavam os filhos dos engenheiros. (sic. Entidade 3, 2022).

Ou no depoimento dos alunos de outras vilas:

Quando a gente concluía a 4ª série na Uruguai, tínhamos que ir pro Ginásio na São Luiz. A gente chegava suado e sofria discriminação por isso. Ai a Regina [esposa de Pignatari] ficou com pena da gente e comprou um ônibus [ônibus Regina]. (sic. Trabalhador 7, 2022)

Figura 47 - Ginásio Dr. Júlio Pignatari.
Foto de 1970.



Figura 48 - Grupo Escolar Minas do Camaquã. Foto de 1972.



Fontes: Acervo de Osmar Luiz e CEMAMC (2020)

Figura 49 - Grupo Escolar da Vila Uruguai. Foto de 1974.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

A saúde, por outro lado, guardava direta relação com o trabalho e era serviço fundamental a ser prestado pela CBC no escopo de seu próprio ramo. As condições nas quais os mineiros trabalhavam, apesar do uso de EPIs, os colocava em exposição a agentes nocivos, como a sílica e ao ruído.

Em 31 de dezembro de 1957 a construção do hospital foi finalizada (conforme dados registrados no arquivo do escritório da CBC, em Caçapava do Sul). Logo que o hospital começou a funcionar havia uma farmácia que fornecia os remédios a preço de custo. Em média eram realizadas de 30 a 50 consultas por dia. Preferencialmente, o atendimento era para funcionários da empresa e seus dependentes, mas, em casos de emergência, atendia-se também moradores do entorno e visitantes.

Figuras 50, 51, 52 e 53 - Serviços de saúde. Fotos de 1972.



Fonte: Arquivo da CBC

O hospital encerrou suas atividades em 3 de Outubro de 1996, em função do fechamento da CBC. Segundo informações fornecidas pela Sra. Guacira Pavão, o prédio e seus equipamentos foram doados para a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul. Os

principais equipamentos foram levados e distribuídos pelo Dr. Sérgio Rodrigues, Secretário de Saúde do Município na época, entre os postos de saúde de Caçapava e outros colocados em depósitos que acabaram deteriorando-se por estarem em lugar não apropriado para sua conservação.

5.4. A RELIGIOSIDADE

No início de 1960 foi iniciada a construção da Igreja, e a mesma foi custeada pela CBC. Ficava localizada na Vila São Luiz. A primeira missa foi realizada no dia 18 de dezembro de 1960, ministrada pelo padre Otávio Cequim, pároco de Caçapava do Sul. As missas eram realizadas aos domingos e às terças-feiras. Uma das festas tradicionais da igreja é a festa em homenagem à Santa Bárbara (padroeira dos mineiros), as mesmas começaram a ser realizadas desde a fundação da igreja, permanecendo até os dias de hoje. Na época da CBC o trabalho era atravessado por elementos religiosos. Havia anualmente a “bênção dos capacetes”, e a imagem de Santa Bárbara estava sempre presente no arco de entrada de cada galeria. Logo que o Projeto Expansão Camaquã entrou em operação, eram 80 mineiros por turno, 24 horas por dia, trabalhando no subsolo e as missas acompanharam o ritmo de trabalho, sendo rezadas dentro das minas.

A empresa oferecia moradia para o padre e um carro para as visitas às casas. O carro era um Jipe capota de lona, de número 19. *“Quando vinha o jipe 19 já sabia que era o padre Júlio”*. [E quem custeava o combustível?] *Era a CBC. Ela pagava tudo, o jipe era dela. Inclusive o padre Júlio antes não morava aqui, depois que o Pignatari gostou dele e das missas dele que foi dar uma casa pra ele aqui”*(sic. Gestor 1, 2022). Normalmente as refeições do padre nos finais de semana se dava em alguma residência.

É possível perceber que a vida religiosa era integrada nas ações da empresa, especialmente na segunda e na terceira fase da CBC. Mais provas desta relação foram atestadas nos depoimentos abaixo:

Tinha as missas nos dias certos, quem fazia primeiro era o padre Júlio, depois foi o ... e como era um movimento de gente indo pra igreja, uma máquina da CBC passava antes molhando as ruas pra não levantar poeira e ninguém chegar ‘se batendo’ na igreja. Ai depois veio o ônibus Regina que passava pegando o pessoal nas vilas pras missas. (sic. Trabalhador 9, 2022)

Na inauguração do Cine, o Pignatari dançou com uma guria bem pretinha, e a Regina dançou com o padre. Sempre disseram que ele fez aquilo pra dizer que ali dentro não era pra existir diferença, e que era um lugar pra todo mundo se divertir. Tu vê, que um padre dançar com a mulher do chefe era bem isso. (sic, trabalhador 3, 2022)

Em 1968 foi colocada uma cruz de 22 metros no alto de uma pedra, que se iluminava à noite a fim de servir de referência para o pouso de aviões no aeródromo (que era apontado pelo braço esquerdo da cruz). A ideia foi do padrinho de casamento de Pignatari, Dumesnil da Costa Coelho de Souza, que encomendou os módulos de ferro em São Paulo e foi o responsável pela instalação. Era ele que antes de ter a cruz iluminada, sempre mobilizava os veículos da empresa com os faróis ligados indicando a localização da pista. Apesar de ser uma solução simples e prática, a colocação da cruz foi transvestida de benevolência e fé cristã, com uma festa e missa de inauguração presidida pelo bispo diocesano. Pignatari escolheu o Natal e “a deu” de presente aos seus trabalhadores.

Durante muito tempo, a população contava a história da cruz como sempre lhes foi contado: Pignatari estava voltando de avião de Bagé e a cabine avisou que um dos motores estava falhando. Pignatari no momento fez uma promessa de que se saísse vivo iria colocar uma cruz na pedra mais alta de Minas do Camaquã.

Tais ações, associadas a elementos de apego emocional e “representações simbólicas” (GEERTZ, 1989) como a religiosidade, colaboraram para a legitimação do controle. Ainda sobre a religiosidade, Pignatari se valia do acesso e da relação do padre com a comunidade. Existia um sistema de informação, através de um rádio-transmissor instalado na igreja onde o padre era o informante dos acontecimentos diários da vida dos trabalhadores²³.

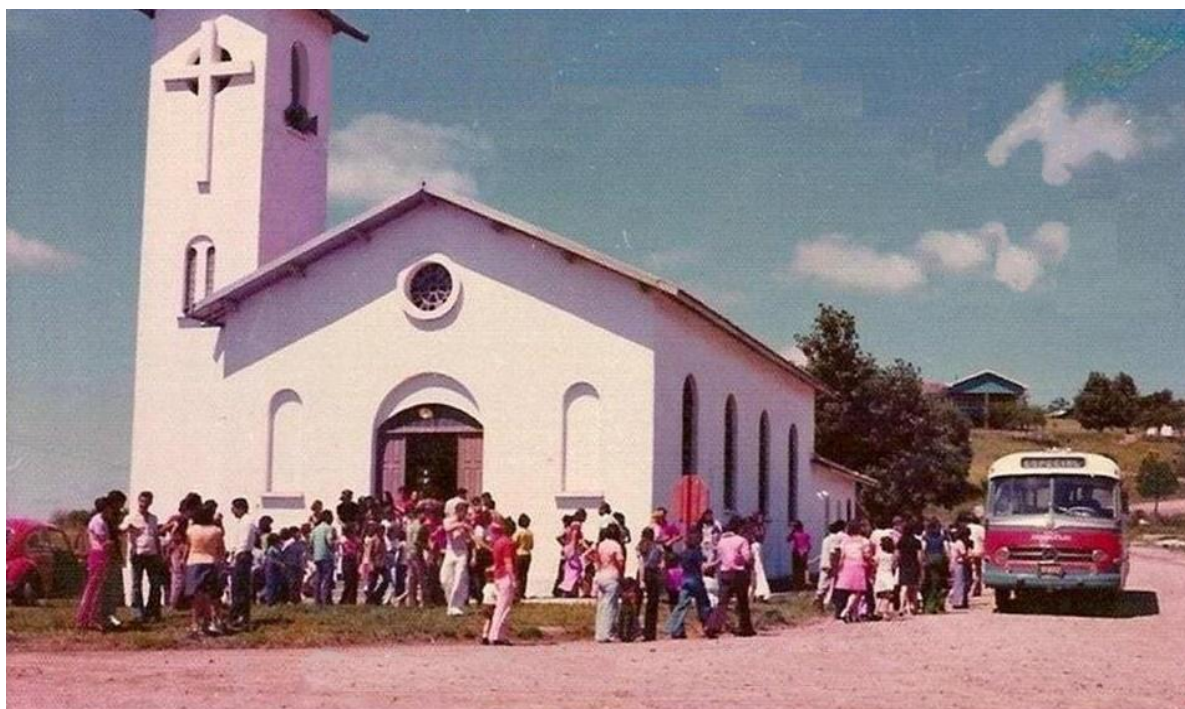
Esse “controle” subsistiu enquanto a igreja deteve condições de servir como instrumento. O crescimento das igrejas neopentecostais a partir dos anos 1980 minou a influência católica, mesmo em pequenas localidades como Minas do Camaquã. O surgimento da primeira igreja evangélica na Vila Satélite, do Centro Espírita na Vila Portofé e a ausência de um padre fixo na Igreja Santa Bárbara atestam esse movimento²⁴.

Uma força de trabalho religiosamente diversificada enfraqueceu o lugar da religião no quadro do paternalismo da empresa. Borges e Torres (2012), ao discorrerem as cidades de mineração de carvão da Virgínia Ocidental, identificam este movimento. Apesar da tentativa da administração de usar a religião para criar uma força de trabalho mais estável e inculcar ética de trabalho entre os trabalhadores, a falta de interesse em necessidades religiosas específicas dispersou essa autoridade.

²³ GAZETA de Caçapava (Jornal). “Baby Pignatari e Minas do Camaquã”. Caçapava do Sul, p. 4, maio de 2005.

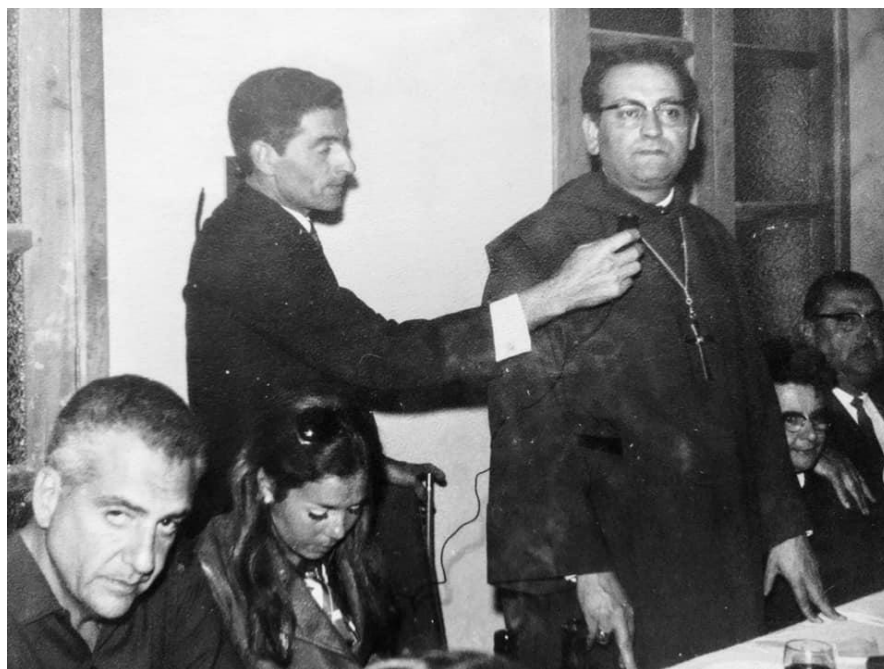
²⁴ O pároco da Igreja Matriz de Caçapava do Sul foi quem passou a ser responsável pela realização das missas em Minas, se deslocando da cidade até a comunidade nos dias de missa.

Figura 54: Dia de missa. À direita, no detalhe, o ônibus Regina.



Fonte: Arquivo da CBC

Figura 55 - Pignatari, Regina e Dom Antônio Cheuiche em jantar no Clube União Caçapavana



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 56 - Pignatari lendo as epístolas. Foto de 1972



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 57 - Ao fundo a Pedra da Cruz. Foto de 1969.



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

5.5. O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS

Até a segunda fase da CBC, Minas do Camaquã contava com posto de gasolina, banco, farmácia, supermercado, duas escolas, dois clubes, dois bares, hospital, consultório odontológico, igreja, hotel, padaria, açougue/matadouro, aeródromo, sapataria, barbearia/salão de beleza, rodoviária e cinema. A CBC cobria ainda os gastos com serviço de rádio, geração de energia, tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e transporte.

Quando a *company town* passou ser “aberta”, se instituiu uma nova forma de possibilitar a compra de bens e consumo uma vez que a empresa não detinha mais a responsabilidade sobre o comércio. Foi organizado um centro comercial na vila São Luiz, lá os lojistas (especialmente de Caçapava do Sul) fizeram um acordo com a empresa: as instalações seriam construídas pelos lojistas, em troca do direito de permanecerem sem pagar taxa alguma por 10 anos, e ao final deste tempo as instalações passariam à propriedade da CBC e os lojistas começariam a pagar aluguel. Assim ocorreu.

Essa mudança permitiu que outros ramos comerciais se instalassem em Minas do Camaquã. Foram loja de calçados, loja de móveis, loja de produtos veterinários, telefônica, locadora de filmes e bazar de roupas. Entretanto, segundo os moradores, “era difícil comprar sempre nas Minas”, pois consideravam os preços “abusivos”. Os salários eram adaptados à uma realidade de comércio a preço de custo. Com a “abertura” e terceirização de muitos serviços, a CBC se via pressionada a reajustar os salários.

Figura 58 - Padaria



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 59 - Açougue



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 60 - Coleta de lixo



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 61 - Hotel Central



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 62 - Controlador do aeródromo



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 63 - Ônibus Regina



Fonte: Relatório da CBC (1972)

Figura 64 - Salão de beleza. Foto de 1974



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

Figura 65 - Estoque do mercado



Fonte: Acervo de Osmar Luiz

6. AMOTINADAS PICARETAS: DA GREVE AO FIM DA EMPRESA

Com a criação do Sindicato dos Trabalhadores em 1986, a classe trabalhadora buscava se fazer ouvida por meio da coletividade. Ramalho (1989) alude justamente à essa natureza prática do sindicalismo, que deixa de lado anseios individuais, para torná-los coletivos. Com isso a empresa fica “com as mãos atadas” não podendo negociar individualmente a insatisfação. A fundação do sindicato ocorreu quando a empresa já pertencia ao estado. As propostas dos sindicalistas eram debatidas em assembleia no Cine-Rodeio e encaminhadas à Henrique Anawate em Porto Alegre. Foi questionado durante as entrevistas aos representantes do antigo sindicato a respeito da participação de engenheiros. A resposta foi de que havia engenheiros mas eram “uma minoria”. A respeito da privatização e do sindicato,

Eu participei da primeira diretoria do sindicato. Alguém se manifestou por causa das injúrias, foi o Eurípedes, o nome todo dele é Euripedes Candido Leal, ele mora em São Paulo. Ele que resolveu formar o sindicato. Foi em 85 ou 86 por aí. Por ocasião da privatização da CBC já existia o sindicato. Nós fomos em Brasília formalizar a compra da CBC e já havia o sindicato. As minhas ações eram ordinárias. Eu fiquei na diretoria do sindicato até 88. [E o senhor sendo sindicalista e acionista, como ficava a sua relação?] É que como minhas ações eram ordinárias na verdade eu não mandava em nada, as minhas ações não davam tanto poder, as outras que eu não lembro o nome é que dava mais poder, inclusive quando eu saí da empresa eu ainda tinha ações e botei a empresa na justiça mesmo assim. (sic. Entidade 1, 2022)

Tão logo o corpo de engenheiros assumiu a diretoria da CBC, houve a primeira e única greve:

A greve foi em 89, aí quando o sindicato começou a se mover para o dissídio coletivo, teve uma reunião no Cine-Rodeio pra me colocar como delegado sindical,

pra mim ficar mais um tempo pra não perder os direitos quando eu fosse me aposentar. Aí foi 'os espiaões' da reunião lá, já foram nos ouvidos dos engenheiros aí foi no ouvido do Amaral, do Zonta, aí faltando 2 meses pra vencer minha estabilidade. Se concretizasse a função do sindicato eu teria mais dois anos de estabilidade. Aí eles me pagaram aqueles dois meses de estabilidade e me botaram pra rua. (sic. Entidade 1, 2022)

A greve tinha como objetivo principal o aumento salarial de 127%. Mais equipamentos para a segurança no trabalho era a reivindicação secundária. Em toda a CBC existiam 12 níveis de salário, sendo o mais alto correspondente a mais ou menos 22 salários mínimos, e o mais baixo 1 salário mínimo, todos acrescidos em 30% de periculosidade a que todos os funcionários tinham direito. Em 1992, a mostra modal indicava uma média de 2,2 salários mínimos (BENADUCE, 1992).

Eu poderia me aposentar na CBC se não fosse a greve. Porque foi assim que aconteceu: eu trabalhava às duas da tarde, quando estourou a greve foi às 6 horas da manhã, eu saí de casa pra ver o movimento da greve pra ver como estava, conforme tivesse eu ia ver se pegava... eu recém tava saindo de uma diretoria de sindicato, eu era o bode expiatório. Se eu assumo e abraço a greve eu sou o primeiro que vai né, o testa de ferro que vai levar chumbo! Quando eu saí de casa, ali, eu morava na Belavista, passei na frente dos alojamentos, vinha três caras e me encontraram... a primeira pergunta que eles fizeram... 'tu não vai trabalhar né?' E já me ameaçaram, 'se tu trabalhar, tu abre o olho com nós'. (sic. Entidade 1, 2022)

Foi aí que eu decidi assumir a greve. E assumi de ponta a ponta. Botei umas caixa de som lá, criamos uma Rádio pra provocar. O nome da minha rádio era Rádio Galocha... 'Rádio Galocha, aquela que não atocha' (risos). Eu ficava ali na frente com a rádio. Eu dormia ali, arrebentei duas cadeiras de praia (sic. Entidade 1, 2022)

Pelos rascunhos da “programação” da Rádio Galocha, cedidos pelo entrevistado, podemos compreender a quais interesses os grevistas se opunham e por quais formas se davam suas reivindicações:

“Loteria esportiva:

- Jogo 1 - Arranca toco X quebra dedo
- Jogo 2 - 127% X 10%
- Jogo 3 - Dissídio X inflação
- Jogo 4 - IPC X índice
- Jogo 5 - Esporte Clube Fome X Riqueza FC
- Jogo 6 - Pouca roupa X esfarrapado
- Jogo 7 - Pé descalço X associação fomenta
- Jogo 8 - Associação raquítico X quase morto
- Jogo 9 - Sujeito X demitido
- Jogo 10 - Líderes conscientes X patrão radical
- Jogo 11 - Greve X proposta fajuta”

A previsão de lã²⁵ para esse ano será de 400 toneladas só na nossa região. [...] Para sua coluna não use lã de carneiro porque para colchões é uma droga. [...] Não recomendamos pelego para acolchoado porque aquece e o boneco pega febre.”

²⁵ A anedota consiste em provocar os “pelegos”, ou seja aqueles que “furam” a greve.

Escritório de arremates ‘Engenho’ comunica que após fim da greve estará rematando 40 carneiros da raça ‘contabilidade’ e ‘seção pessoal’. 10 da raça ‘Dimati’ e 15 da raça ‘encarregado’. [...] Também estará em leilão 1 capão louco com lance inicial de 10% até 127%. Pede-se para levar carteira profissional com salário atualizado.

Segundo Antônio Celso Rodrigues (ex-vereador de Caçapava do Sul e um dos integrantes do sindicato na época), após a greve houve a demissão de 350 funcionários. Essa demissão, aumentou o poder do corpo de engenheiros e encarregados por meio de um movimento onde os engenheiros compraram as ações dos funcionários demitidos por causa da greve. Resgatando a experiência da greve, os relatos sobre o episódio dividiram opiniões entre os entrevistados:

A greve prejudicou muita gente. Uns levaram pelos outros, e no fim, a gente começou a parar de ganhar quando se começou a cobrar... Quando minha filha mais velha nasceu, a CBC tinha quarto reservado no Hospital de Caridade de Caçapava pros mineiros daqui se precisasse ir e baixar lá, tudo bancado. Quando nasceu minha outra filha que é sete anos mais nova eu já tive que pagar... A greve foi uma greve que começou furada. Nós tinha um sindicato que era o Euripedes que tocava, que era um sindicalista nato. Lá em São Paulo ele andou até na ‘CUTs’, ele entendia. Nós tivemos na portaria, tiramo uma semana parado e depois murchou a greve. tinha uns que tiraram atestado só pra se escapa de ter que pará (sic. Trabalhador 6, 2022)

[...] a renda tinha aumentado ultimamente, até por causa da greve, mas era ilusão, por que muita coisa a gente passou a pagar do salário. O salário antes era menor mas muita coisa era de graça. (sic. Trabalhador 2, 2022)

O valor do reajuste era um absurdo! Impossível de pagar. A CBC propôs 10% e no fim terminou em 15%, incidindo do gari até a administração, aí a última proposta foi a CBC cobrir o valor da consulta do médico especialista via plano de saúde. (sic. Gestor 2, 2022)

A greve foi muito importante porque quebrou o paradigma de que a CBC era um ‘mar de rosas’. Na verdade não era. Já tava muito mudado. Eles pensavam só em número. O Anawate vinha e fazia as reunião dele, era resvaloso uma barbaridade. Sabe aquela pessoa que fala 20 minutos e não te diz nada? Pois era ele (sic. Trabalhador 5, 2022)

Ao que foi possível de levantar nas entrevistas a respeito dos “conflitos de interesses” das últimas fases e a relação com o esmaecimento do paternalismo nas fases subsequentes à época de Pignatari, não se pode (nem se pretende) explicar que somente a falta do paternalismo e do modelo levou à “desestabilização” da relação de trabalho (assume-se aqui o antideterminismo de Weber e a aversão à monocausalidade). No entanto, se o paternalismo supostamente “saiu de moda”, ou se as “ajudas” e “benesses” prestadas pela empresa estavam sendo “insuficientes” a ponto de mobilizar um processo reivindicativo, o corporativo dos engenheiros que passaram a ser “chefes” terminou por romper com o circuito que já estava enfraquecido.

6.1. PATERNALISMO COMO RESPOSTA AOS CONFLITOS LATENTES

A existência concreta de desigualdades em Minas do Camaquã impele a existência de conflitos iminentes. Estes conflitos promoviam a necessidade de ações “reparatórias” ou que em certa medida evitassem a deflagração de conflitos maiores e a desestabilização das relações na empresa/vila. O paternalismo é superveniente à necessidade de conter os conflitos, como uma resposta imediata.

Podemos compendiar diversas tensões relatadas pelos interlocutores, que demonstram um campo de forças, necessidades e interesses distintos em jogo ao longo das fases da CBC, como 1) demissões dos trabalhadores por causa de “conduta desviantes”; 2) não ser permitido comercializar nada fora daquilo oferecido pela CBC; 3) insegurança laboral dos mineiros e exposição a agentes nocivos; 4) segregação espacial fruto do modelo de assentamento; 5) falta de autonomia dos trabalhadores, e 5) discriminação racial.

O paternalismo, especialmente na forma de vínculos de proximidade e benfeitoria promovidos por Pignatari, foi uma resposta premente aos dilemas das relações de trabalho, que à primeira vista, evitaram reivindicações e revoltas, apesar de um ambiente extenuante de trabalho. Ramalho (1989, p.148) explicita o “jogo de forças” que dificultou a participação política dos trabalhadores e o movimento sindical no caso da Fábrica Nacional de Motores: “o constante apelo ao nacionalismo, o alardeamento frequente das ‘vantagens’ oferecidas pela empresa tendiam a transformar qualquer manifestação de desagrado pela exploração do trabalho em algo quase criminoso”. Reivindicações de sentimentos comuns mais elevados, como religião ou orgulho nacional, foram incorporadas a práticas paternalistas ou de bem-estar como forma de fortalecer o vínculo entre trabalhadores e empregadores e promover a lealdade à empresa e relações pacíficas.

Conflitos em torno da questão racial também podem ser verificados. Como relatado pelo Trabalhador 3, todos os funcionários eram “*campeiros*”, ou seja, as origens econômicas dos trabalhadores das Minas do Camaquã eram a posse de alguma propriedade rural da região, ou da prestação de serviço em alguma delas. Muitos acabaram trocando a enxada e o rebenque pela picareta. Algumas pequenas propriedades eram subdivisões dos grandes latifúndios, seja da sesmaria dos “Luízes”, seja das terras do Cel. João Dias, seja dos “Campos dos Teixeiras”. As propriedades notadamente utilizavam mão de obra escrava, como atestam os registros do arquivo histórico do estado²⁶. Era um lugar que teve pessoas

²⁶ Documentos da Escravidão. "Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade". **Acervo dos Tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul**. V. 1, 2006, p.131

escravizadas trabalhando tanto nas propriedades, quanto nas minas dos ciclos estrangeiros. As marcas ficam de alguma forma em racismos velados como “quem tem o campo” (notadamente os brancos herdeiros dos ascendentes) e quem “faz serviços” neles (negros, que depois foram constituir boa parte da mão de obra mineira). O racismo no início do modelo *company town* não deveria ser diferente do racismo presente no resto do Brasil nos anos 1940, acentuado por se tratar de um lugar isolado e com relações de poder fortemente ligadas à propriedade.

O Centro de Tradições Gaúchas “Ronda Crioula”, das Minas do Camaquã, foi fundado em janeiro de 1984. Até então, o Movimento Tradicionalista Gaúcho incentivava a criação de “espaços” para negros e para brancos²⁷, nessas circunstâncias caso uma pessoa negra quisesse associar-se a um CTG de brancos, os critérios de ingresso eram rigorosos, envolvendo indicações e aprovação por um Conselho de Vaqueanos. O CTG nas Minas do Camaquã foi criado por vontade dos trabalhadores da CBC, e recebeu suporte da empresa, tanto financeiro, quanto no empréstimo de um prédio para servir de sede. O regimento interno na CBC, herdado da fase Pignatari, continha a proibição de discriminação racial nos espaços que à ela pertenciam, fato que, fez do CTG Ronda Crioula um dos primeiros do estado a aceitar “livremente” negros e brancos em seu quadro social. As respostas da empresa e do patrão em garantir uma “harmonia” (como a expressa em depoimento no item 5.4) convinha com a estabilidade e respeito esperada no ambiente de trabalho. Uma vez que no Cine Rodeio “todo mundo, ‘sem distinção’ poderia se divertir”, dava a aparência de que conflitos de natureza racial estariam superados, ou mesmo esse discurso, atenuava qualquer denúncia de racismo. Percebe-se então, o paternalismo não como um fenômeno irreduzível, mas como um estilo gerencial que se adaptou à evolução das circunstâncias nas relações sociais, laborais e produtivas, que respondia não só aos conflitos locais, mas também à conjuntura política que incidia sobre a forma como os trabalhadores se reconheciam enquanto cidadãos com “direitos”.

A constituição de 1988 e toda a discussão política por ela ensejada cria um ambiente favorável à emergência de contestações dos dilemas antes aceitos passivamente, como as precárias condições de trabalho nas minas, por exemplo. Apesar do sindicato ocupar gradualmente mais espaço na CBC, os sindicalizados encontraram resistência na politização de novos trabalhadores. Resistência esta que partia dos próprios trabalhadores ainda ligados

²⁷ Em Caçapava, vários espaços ainda carregam os estigmas segregacionistas deste tipo de pensamento. Havia o “CTG Clareira da Mata” para negros e o “CTG Sentinela dos Cerros” para os brancos. O “Clube União” para os brancos e ricos, e o “Clube Recreativo” para pobres e negros.

aos valores de reciprocidade, como atestam os depoimentos de “rejeição” ao sindicato e que esta associação “reclamava de barriga cheia”.

O paternalismo da empresa criava condições de dependência, ao mesmo tempo em que estruturava um conjunto comum de experiências sobre as quais os trabalhadores podiam se basear e se organizar, onde as ideias de “direitos trabalhistas” tiveram dificuldades de penetrar. As “dádivas” eram contraponto dos “direitos”.

Lygia Sigaud (1999, p. 89) caracteriza o que de um lado são relações baseadas na “troca e nos seus aspectos espirituais”, e do outro, de “direitos e obrigações”. A fim de evitar que as obrigações fossem legalmente cobradas, o paternalismo se defende barrando noções de cidadania e direito para garantir uma forma de gestão baseada em valores e laços de dependência.

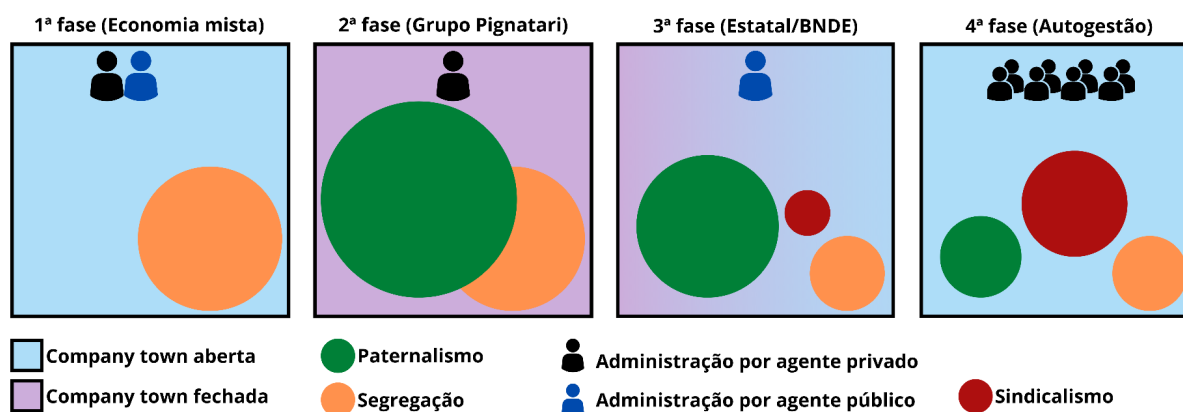
Quando chegou o momento onde se tinha os trabalhadores requerendo direitos e a empresa privilegiando seus resultados financeiros sobre o senso de obrigação, tornou-se impossível, eventualmente, conter o conflito entre essas expectativas tão diferentes da mesma empresa, contenção que se tinha quando antes se usava o paternalismo e seus discursos estéticos de “suavização” das tensões.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se entendermos a criação do sindicato, como a formalização dos interesses de uma classe frente à outra, temos, a partir dos dados levantados nesta pesquisa, uma covariância entre a diminuição das concessões pela empresa (paternalismo) e um aumento nas reivindicações coletivamente organizadas da classe trabalhadora (sindicalismo).

Na mesma óptica, o auge do paternalismo se deu concomitante ao período onde as segregações e a rigidez das regras de convivência nas vilas eram mais rígidas e as ações partiam de uma figura próxima ao trabalhador encarnando no mesmo homem o “dono” e o “patrão”, de modo que, podemos concluir que a relação paternal, em termos de bem estar do trabalhador, servia de contrapeso aos dilemas das relações de produção tanto no trabalho quanto fora deste, e os relatos colhidos durante a pesquisa sustentam essa afirmação. Esboçou-se um esquema representando a relação das principais categorias de análise:

Figura 66 - Esquema de relação da categorias



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Francisco Pignatari e Henrique Anawate eram - literal e metaforicamente - dois padrões diferentes. Um tinha a empresa como “sua” e o outro era funcionário do estado na função de presidente, o que lhe cobrava a apresentação de resultados econômicos. Os valores e responsabilidades com os trabalhadores insidiam mais fortemente sobre Pignatari (um homem público) que respondia a isso por meio de uma relação vida-trabalho que atualmente poderíamos considerar intrusiva. Para garantir a ordem no modelo *company town* e os pressupostos de disciplina e a hierarquia, era necessário uma coesão, que nas Minas do Camaquã se dava no doseamento entre cobrança e benesse. A dependência gerada criava o que chamamos de circuito do paternalismo. Este circuito acabou se rompendo ao longo das transformações na gestão.

Durante a autogestão, problemas de ordem econômica forçaram o fechamento da mina. A manutenção do complexo de vilas dependia do fluxo de trabalho, o que fez com que, ainda em 1996, a população recorresse ao poder público municipal para a manutenção e custeio dos serviços sociais. A prefeitura, desinteressada na “massa falida” investiu de lá para cá, segundo os moradores, muito pouco frente aos problemas que a estrutura da antiga *company town* exigia. Infere-se aqui que, em certa medida, esta situação aprofunda o apego ao passado e a lembrança presente de “tudo que era e se tinha, e não é mais”.

O saudosismo do “tempo da Mina” presente nos inúmeros relatos colhidos, atesta a existência de um elo entre os ex-trabalhadores e suas próprias histórias. É fruto dos anos de atividade ligada à mineração, do impacto socioespacial do modelo de assentamento e, mais do que qualquer outra coisa, da gestão paternalista da empresa. Em conjunto, a paisagem alterada pela mineração, as vilas do modelo *company town* e as lembranças do paternalismo,

constituem as “marcas” deixadas pela CBC, que provavelmente atestarão, por muito tempo, a pretérita existência da empresa. Apesar das construções, dia após dia, tombarem sobre si mesmas como materialidade que não resiste ao tempo, o saudosismo à uma “vida feliz” persiste. A memória histórica do lugar, da maneira que se reproduz, ainda é prova incontestável das “marcas” deixadas por aquela que, um dia, foi a maior mina de cobre do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAÃO, Nicolau S. CASSOL, Arnaldo Luiz. **História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul: 1831-1988**. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1988.

ALVES, Cleia Maria; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **Mina Brejuí: memória e trabalho em Currais Novos-RN**. 2020.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, v. 14, p. 125-136, 1995.

ANTONNOVA, I.; *et. al* . Company town socio-economic transformation: concentration and factors system. In: **SHS Web of Conferences**. EDP Sciences. p. 1006. 2015

BEZERRA, Ângela. Do trabalho à memória: um ensaio sobre a identidade dos mineradores e o processo de patrimonialização da mina Brejuí em Currais Novos/RN. **ILUMINURAS**, v. 15, n. 36, 2014.

BENADUCE, I. Minas do Camaquã. **Trabalho de Conclusão em Geografia**. UFSM, 1992.

BORGES, Marcelo J.; TORRES, Susana B. **Company towns: concepts, historiography, and approaches**. In: *Company Towns*. Palgrave Macmillan, New York, 2012. p. 1-40.

CISTERNAS, Leonardo. Habitar un Company Town: los campamentos de Coya, Caletones y Sewell entre 1922-1944. **Seminário de Grado**, Santiago, 2015.

CORREIA, Telma. B. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. N.4, 83 páginas, 2001.

CRAWFORD, Margaret. **Building the workingman's paradise: the design of American company towns**. Verso, 1995

DURÃES, Sarah Jane Alves; SILVA, Wilian Toneli; Operário, Trabalhador, Funcionário ou Colaborador: Um estudo entre as questões conceituais que visam amenizar a exploração do trabalho moderno. **V Congresso em Desenvolvimento Social**, p. 5-11, 2016.

DWORKIN, Gerald. **Paternalism**. *the Monist*, p. 64-84, 1972.

ECKERT, Cornelia. Une ville autrefois minière: La Grand-Combe: étude d'anthropologie sociale. **Tese de Doutorado**. Paris 5. 1992.

_____. **Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão:(La Grand-Combe, França)**. Appris, 2012

FANTIN, Márcia et al. Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder. **UFSC**, 1992.

- FERNANDES, Francisco Rego Chaves et al. Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. **Cetem**, 2014
- FERREIRA, Laura Senna. Reestruturação produtiva: mudanças e permanências no mundo do trabalho e empresarial da indústria conserveira na região de Pelotas-Rio Grande do Sul. **Dissertação de Mestrado** - UFSC, 2008.
- FILHO, Evaristo Moraes (Org.). **Ideias Sociais de Jorge Street**. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1980.
- GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GEVEHR, Daniel Luciano; SCHWAB, Patricia Ines; BONHO, Fabiana Tramontin. Do império do cobre ao turismo cultural no sul do Brasil. **Mouseion**, n. 33, p. 57-68, 2019.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.
- GONZALEZ, M. As três primeiras minas brasileiras de cobre nos séculos XIX e XX: suas histórias. **Notas Geo**. Matéria de Blog, 2019.
- HARRES, Marluza Marques. Minas do Camaquã (Caçapava do Sul, RS): A exploração do cobre no Rio Grande do Sul. In: **Minas do Camaquã, um estudo multidisciplinar**. ed. 1 Unissinos, São Leopoldo, p. 21-53, 2000.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. edições Loyola, 1992.
- HERÉDIA, Vânia Beatriz M. A construção de vilas operárias no sul do Brasil: o caso de Galópolis. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografia e ciências sociales, 2003.
- INOUE, Luciana Massami. As vilas ferroviárias da Companhia Paulista (1868-1961) The railway worker villages of the Paulista Company (1868-1961). In: **II International Congress of Industrial Heritage**. Porto, Portugal. 2014.
- JORNAL Informe BNDES. “Novo modelo de privatização adotado pelo BNDES” v.2, n.20, abr. 1989.
- KAUTZMANN, Rubens. Minas do Camaquã e o fechamento de mina. GMGA - Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada. n.3. 2019
- LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. Editora Marco Zero, 1988.
- LOSICER, Carolina Dória Romeo et al. **Território, Cidade-Empresa e Responsabilidade Social Corporativa**: O caso da CSN em Volta Redonda, RJ. 2013.
- MACEDO, Ana Macedo de *et al.* **Baby Pignatari: o centauro de bronze**. Porto Alegre: Metrópole, 2006.

- MAUSS, Marcel, **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- METHENY, Karen Bescherer. **From the miners' doublehouse**: archaeology and landscape in a Pennsylvania coal company town. Univ. of Tennessee Press, 2007.
- MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetórias**. Editora Fiocruz, 2007.
- NOGUEIRA, Jader Escobar. Identidades de classe nas Minas do Camaquã. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 1, nº. 3 – Edição Especial: Lugares da História do Trabalho. Mar 2012.
- PORTELA, Laís Dellinghausen; ROCHA, Eduardo. Abandono de povoados: Minas do Camaquã e Minas Corrales na fronteira Brasil-Uruguay. Enpos, UFPEL, 2019.
- PORTEOUS, J. Douglas. The nature of the Company-town. **Transactions of the Institute of British Geographers**, p. 127-142, 1970.
- RAIANU, Mircea. “**A mass of anomalies**”: Land, Law, and Sovereignty in an Indian Company Town. *Comparative Studies in Society and History*, v. 60, n. 2, p. 367-389, 2018.
- RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira. **Estado-patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RODRIGUES, Roberta Menezes. Vila dos Cabanos: o período de transição. Relações urbanas e perspectivas de gestão. 1998. 60 f. **Monografia de especialização**; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.
- RODRÍGUEZ, Juan; MIRANDA, María. El fin de una experiencia urbana: Un estudio de caso en el desierto de Atacama, Chile. **EURE** (Santiago), v. 35, n. 105, p. 113-136, 2009.
- RONCHI, Luiz Henrique; LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante. **O desenvolvimento sustentável e as possibilidades na região das Minas do Camaquã**. 2000.
- SANCHES Ross (org.) **Geografia do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- SCHNEIDER, Eugene V. **Sociologia industrial: relações sociais entre a indústria e a comunidade**. Editora Zahar. Biblioteca de Ciencias Humanas; 1983.
- SEGNINI, Liliana P. Sobre a identidade do poder nas relações de trabalho. **XIII Encontro Anual da ANPOCS**, 1996.
- SEIXAS, Jacy. Percursos de memórias em terras de história. in **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**, v. 2, p. 37-58, 2001.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcus Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do "ensaio sobre o dom". **Mana**, v. 5, p. 89-123, 1999.

SILVA, Rogério Marques. Espaço e Tempo nas Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS. 137 f. **Dissertação** (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SILVEIRA, José Deni R. Extratos do livro **Minas do Camaquã: causos contos e outras histórias**. No prelo. Publicação em rede social, 2019.

SUZUKI, Julio Cesar. José de Souza Martins: percursos metodológicos de leitura da sociedade brasileira. **Guia bibliográfico da FFLCH**, 2016.

TEIXEIRA, Emílio Alves. A mina de cobre de Camaquan. **DNPM**. Boletim 49, 1941

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

_____. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TREVISAN, R. Cidades Novas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VASQUEZ, Rosario Margarita. Organización obrera y políticas laborales en las minas de cobre de México y Chile, 1900-1940. **Región y sociedad**, v. 31, 2019

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e modos de vida em vilas operárias**. USP Monografia Final, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília: Unb, 1999

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.



Este Trabalho de Conclusão de Curso está licenciado sob uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

APÊNDICE 1

LEVANTAMENTOS DE AUTORES QUE PESQUISARAM *COMPANY TOWNS*

Das pesquisas nacionais existentes, a respeito de núcleos industriais, destacam-se os que analisaram sociologicamente as cidades de Brujuí, como em Alvez e Souza (2020) e Bezerra (2014); Volta Redonda, como em Losicer (2013) e Cantamassa e Vieira (2013); Galópolis, como em Herédia (2003); e Fordilândia, Serra do Navio e Caraíba, como em Trevisan *et al.* (2019). Em todos esses casos, havia uma grande empresa que era única entidade patronal.

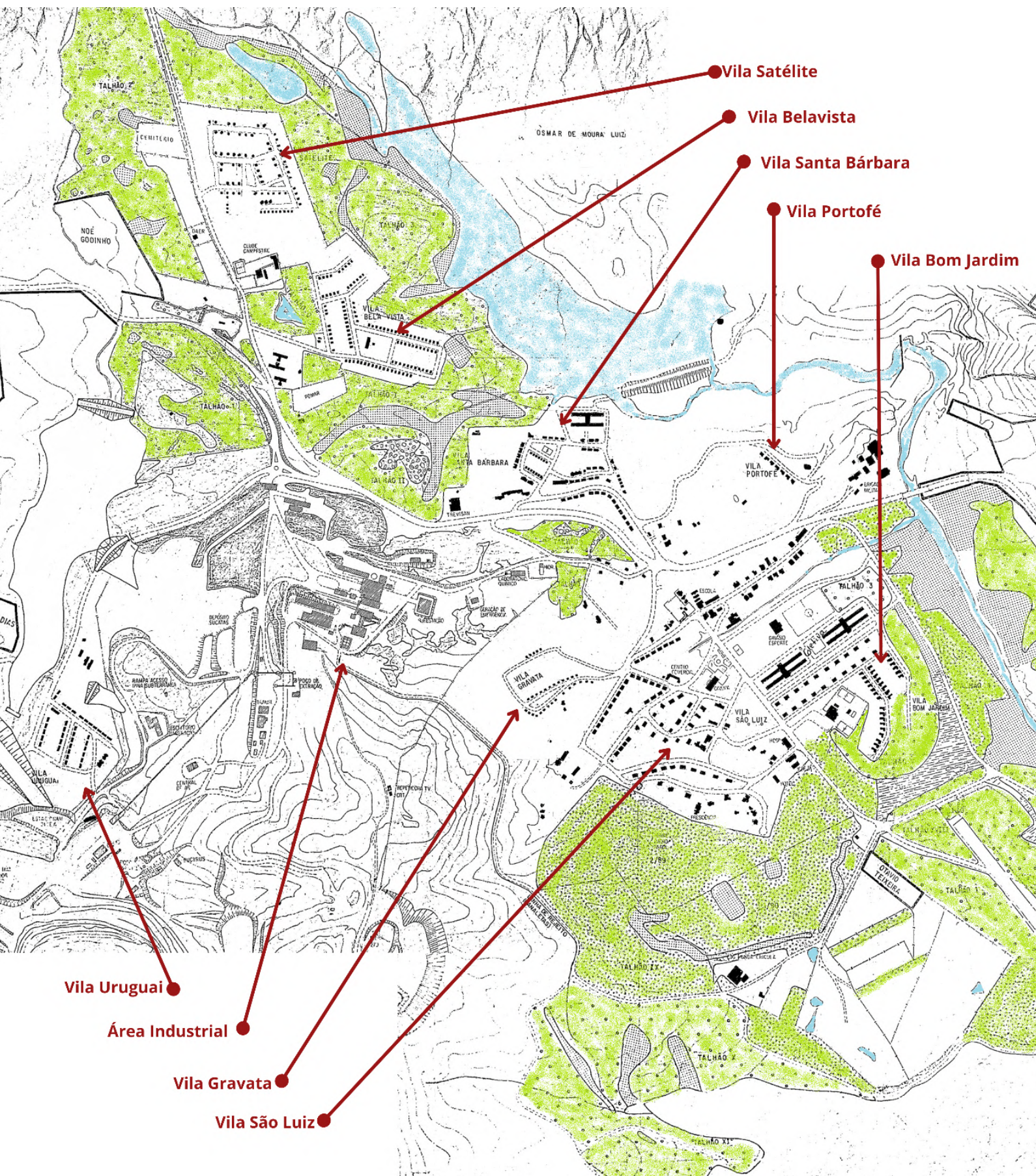
Estudos de antropologia social como Bezerra (2013), Eckert (2012) e Fantin (1992) trazem em relatos e depoimentos que afirmam a existência da garantia do bem-estar dos trabalhadores, já outros como em Fernandes (2014), Ramalho (1989), Vianna (2004) e Antonova *et al.* (2015) apresentam estudos gerais sobre o controle excessivo dos funcionários, revoltas, e precarização do trabalho quando o cotidiano de vilarejos é diretamente associado ao labor. Os estudos sobre cidades-jardim do Brasil (Correia, 2014) e sobre vilas operárias no sul do Brasil (Herédia, 2003) não mencionam Minas do Camaquã.

Quanto a pesquisas internacionais na área da sociologia do trabalho, a realidade operária em vilas isoladas foi analisada nos estudos de Cowie (2008), Crawford (1995) e Borges e Torres (2012), nos Estados Unidos; Raianu (2018) na Índia; Eckert (2012) na França; e por fim, com grande arcabouço teórico, Rodriguez e Pablo (2009), Cisternas (2015), Vezquez (2019) e Garcés (2003) no Chile (com destaque para a frequência de estudos em vilas de Mineração, especialmente chilenas).

ANEXO 1

MAPA DA ÁREA URBANA E INDUSTRIAL DE MINAS DO CAMAQUÃ

Fonte: CBC (1992). Adaptado pelo autor



ANEXO 2

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: "Sob a gestão paternalista: relações de classe e condições de vida no caso da company town de Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS"

Roteiro para Trabalhadores

1. Nome; Cargo/Função. Trajetória laboral até chegar na CBC
2. Período em que trabalhou na CBC¹.
3. Quem era o "chefe" imediato e como era a relação.
4. Problemas ou não no cotidiano.
5. Memórias sobre "Época do Pignatari". Diferença para "outras épocas".
6. Memórias sobre os espaços coletivos.
7. Morada e assistência da empresa.
8. O sindicato dos trabalhadores.
9. Sentimento de pertencimento.
10. O fechamento da mina. Saudosismo. O que restou. Como ficou.

***Mostrar fotos²

¹ Este elemento acredito ser importante pois insere o entrevistado em algum ponto do recorte temporal. A partir desta resposta será possível identificar se o indivíduo experienciou a **1)** fase da CBC (Pignatari, empresa privada); **2)** fase BNDE (Governo militar; estatizada); e a **3)** fase final (autogestão). Também será possível colher dados daqueles que experienciaram a transição de uma fase para a outra.

² Perguntar se posso mostrar algumas fotos pode ser uma recurso para ativar a memória de determinados elementos-chave tanto de determinados espaços (ex: local de trabalho, lazer, casas, etc.), quanto de pessoas (ex: Anawatte, Pignatari, prefeitos, colegas, chefes, etc.). O momento disso, e quais fotos, dependerão do período da experiência e do andamento dos depoimentos.



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: "Sob a gestão paternalista: relações de classe e condições de vida no caso da company town de Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS"

Roteiro para Gestores

1. Nome; Cargo/Função. Trajetória e razões para ser o "escolhido"
2. Período em que trabalhou na CBC
3. Organização da gestão. Setores. De onde partiam as ordens.
4. Existência de vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio ou ajuda e seu efeito. Ocorriam personalizados na figura do gestor ou proprietário?
5. Problemas ou não no cotidiano. A empresa e seu "policimento/disciplina"
6. Memórias sobre "Época do Pignatari". Diferença para "outras épocas".
7. Memórias sobre os espaços coletivos
8. Morada e assistência da empresa
9. O sindicato dos trabalhadores. Interesse patronal.
10. O fechamento da mina. Saudosismo. O que restou. Como ficou.

***Mostrar fotos



ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: "Sob a gestão paternalista: relações de classe e condições de vida no caso da company town de Minas do Camaquã em Caçapava do Sul/RS"

Roteiro para Entidades

1. Nome; Cargo/Função. Trajetória laboral até chegar na CBC
2. Período em que trabalhou na CBC
3. Em qual Entidade trabalhava (escola, hospital, clube, igreja, sindicato, etc.)
4. A Entidade ao longo do tempo. História/Origem.
5. A quem, ou qual setor a Entidade respondia.
6. A relação da entidade com os gestores e com os trabalhadores.
7. Diferentes ciclos de gestão e os impactos no serviço da entidade.
8. Divisão/diferença entre grupos ou não na Entidade
9. O paternalismo (vínculos de proximidade, benfeitoria, auxílio ou ajuda e seu efeito) e a Entidade. Ocorriam personalizados na figura do gestor ou proprietário?
10. A entidade hoje. Marcas da CBC. Como ficou.

***Mostrar fotos